

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. GINESTAL MACHADO



PROJETO EDUCATIVO

Triénio 2020/2023

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. GINESTAL MACHADO

Escola Secundária Dr. Ginestal Machado – Escola Básica Mem Ramires – Escola Básica do Sacapeito – Escola Básica nº 7 (Leões) de Santarém - Escola Básica de Pereiro

PROJETO EDUCATIVO

TRIÉNIO 2020/ 23

Colaboraram na elaboração deste Projeto coordenadores de diferentes órgãos do Agrupamento e foram ouvidas todas as estruturas do Agrupamento, pessoal não docente, assim como todos os professores, associações de pais e alunos.

Documento Aprovado em Reunião do Conselho Pedagógico em / /2021

Documento Aprovado em Reunião do Conselho Geral em / /2021

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
1 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO	3
1.1 – Contexto geográfico	3
1.2 – As Instalações	3
1.3 – Os Recursos Humanos e financeiros	5
1.4 – A comunidade escolar	5
1.5 – A Oferta Educativa.....	5
1.6 – Resultados escolares	6
2 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	9
2.1 – Pontos Fortes e Oportunidades	9
2.2 – Pontos Fracos e Ameaças	10
3 – VISÃO, MISSÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES	10
3.1 – Visão e Missão	10
3.2 – Valores.....	11
3.3 – Princípios orientadores	11
4 - EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	12
4.1 - Eixo 1: Sucesso Educativo	13
4.2 - Eixo 2: Prestação do Serviço Educativo.....	15
4.3 - Eixo 3: Liderança, Gestão e Autoavaliação	17
5 – OPERACIONALIZAÇÃO.....	19
5.1 – Estruturas de gestão.....	19
5.2 – Organograma.....	21
5.3 – Estruturas de apoio	22
5.4 – Plano de Formação.....	28
5.5– Orientações para a distribuição de serviço	29
5.6– Princípios para a elaboração de horários.....	30
5.7- Orientações para a constituição de grupos/turmas	31
6 – REDES, PARCERIAS E PROJETOS.....	32
6.1 - Clubes e Projetos.....	32
6.2 – Projetos Europeus (Erasmus, Clube Europeu).....	39

6.3 – Estratégia de Educação para a Cidadania de escola.....	41
6.4 – Parcerias locais	47
7 – MONITORIZAÇÃO.....	48
7.1 – Momentos de avaliação	49
7.2 – Instrumentos de avaliação	49
8 – ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO.....	50
ANEXOS.....	51

O Projeto Educativo é “o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.”

(Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho)

INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado - Santarém foi elaborado como base de trabalho da comunidade educativa em que se insere, assim como para a afirmação da sua própria identidade, no contexto do tema centralizado “*Confiança nas Capacidades*”. Retrata ainda a forma como a comunidade educativa perspetiva a sua realidade, afirma de modo concreto a sua autonomia, diagnostica os seus principais problemas e define estratégias no sentido de os ultrapassar, tentando melhorar a sua ação e o processo educativo.

A elaboração desta “ferramenta de trabalho” implicou uma análise profunda da realidade da comunidade educativa no seio da qual o agrupamento se insere, observando-se a evolução de indicadores de desempenho dos diferentes estabelecimentos de educação e ensino que o compõem, plasmados no relatório de avaliação interna. Teve ainda por base os resultados escolares registados nos últimos anos, assim como os resultados recolhidos através de questionários ao longo do último ano e a sua articulação com os temas que se pretendem desenvolver e aprofundar de forma transversal: *A Europa; o Ambiente e a Cidadania*.

Para além deste trabalho de observação e recolha de informação, teve também em consideração as novas realidades que podem decorrer das alterações à convivência social e laboral, assumidas ao longo do presente ano.

A criação de um Projeto Educativo centra-se na necessidade de rentabilizar a eficácia e funcionalidade educativa da instituição escolar, clarificando-se neste as opções de gestão e as prioridades educativas assumidas num determinado momento. Deve, por isso, ser encarado como um instrumento de intervenção e orientador do trabalho a realizar. Assim, deve estrategicamente enquadrar-se com uma missão e expressar uma visão, pelo que em torno destes dois vetores serão definidos os objetivos e as metas, bem como a forma da sua operacionalização.

Nesta sequência, surge um projeto que visa a descentralização e autonomia do agrupamento, valorizando a abertura à comunidade e ao trabalho em equipa, procurando em simultâneo desenvolver nos alunos atitudes de auto - estima, respeito mútuo e regras de convivência que contribuam para a sua educação como cidadãos tolerantes, justos, autónomos, organizados e civicamente responsáveis. Esta escolha é feita entre várias hipóteses possíveis e é resultado de um diagnóstico prévio onde se identificam os pontos fortes e as prioridades, o que se sustenta na realidade previamente identificada.

Cada escola deve, pois, ser encarada como um espaço aberto a todos os implicados, direta ou indiretamente envolvidos no processo, e ser, mais que nunca, a escola de todos para todos, onde os jovens possam desenvolver a confiança nas suas capacidades, aperfeiçoando-as e acreditando num futuro melhor. Para o efeito, os objetivos e metas estabelecidas são mensuráveis, quantitativos e claros, não permitindo equívocos relativamente aos resultados esperados e abrangendo os diversos vetores e áreas

da escola. Na sequência destes pressupostos emerge a necessidade de ter indicadores para a avaliação do desempenho do pessoal docente, pelo que as estratégias para assegurar a operacionalização dos objetivos/metasp devem ser partilhadas por todos e prever uma natureza qualitativa e suficientemente ampla.

O Projeto Educativo deve ser encarado como um documento de carácter pedagógico que, elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade própria do agrupamento de escolas, através da adequação do quadro legal em vigor à sua situação concreta, apresentando o modelo geral de organização e os objetivos pretendidos pela instituição. Enquanto instrumento de gestão, é ponto de referência orientador, conferindo coerência e unidade à ação educativa.

Este documento poderá ser considerado o vértice e o ponto de referência orientador de toda a atividade escolar concretizado sempre num plano anual de atividades escolares. Embora não sendo um documento inalterável, não deverá estar sujeito a profundas e constantes alterações anuais. *A sua duração dependerá fundamentalmente da permanência em cada instituição das pessoas que o elaboram e da estabilidade das suas convicções.* Assim, a vigência deste documento será de **três anos**, iniciando-se em um de setembro de **2020** e terminando em 31 de agosto de **2023**, tendo como tema dominante a **Confiança nas Capacidades**.

O presente documento encontra-se estruturado em oito capítulos fundamentais. No primeiro é efetuada uma caracterização do agrupamento; no segundo, adotando-se a metodologia da análise *SWOT*, é apresentado o diagnóstico estratégico; no terceiro, são enunciadas a visão e a missão do agrupamento, bem como os princípios orientadores do Agrupamento; no quarto capítulo, são definidos os objetivos estratégicos, as ações/instrumentos de operacionalização e respetivos indicadores e metas nas seguintes áreas de intervenção: *“sucesso escolar”, “prestação do serviço educativo” e “liderança, gestão e autoavaliação”*; no quinto, são apresentados os princípios da *“Operacionalização”* e faz-se referência às áreas e modalidades de oferta a privilegiar; no sexto, referem-se as redes e parcerias a desenvolver pelo agrupamento, bem como os principais projetos que dinamiza; os dois últimos apresentam, respetivamente, os instrumentos de monitorização e a estratégia de comunicação e divulgação do projeto educativo.

1 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

1.1 – Contexto geográfico

O Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado localiza-se na cidade e concelho de Santarém. Este concelho apresenta uma superfície de 552,5 Km², tem uma dimensão intermédia ao nível nacional e é constituído por 18 freguesias e por cerca de duas centenas de lugares. Trata-se do concelho mais povoado da Lezíria do Tejo, registando das mais elevadas densidades populacionais desta NUT III. Todavia, está em franca diminuição populacional, tendo a cidade atualmente perto de 30 mil habitantes - confronte-se o Quadro 1 (Anexos).

Nos últimos anos é a componente do saldo fisiológico a principal responsável pelas alterações populacionais do município de Santarém. A quebra da fecundidade e o aumento da esperança média de vida levaram a que a estrutura demográfica do concelho sofresse profundas transformações. Reforçou-se a tendência, já anteriormente esboçada, para o envelhecimento da população, quer na base quer no topo.

A nível nacional acelerou-se o processo de terciarização, tendo o concelho de Santarém acentuado a sua vocação como concelho de serviços.

1.2 – As Instalações

O Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado foi criado em 2 de agosto de 2010, resultante da fusão da Escola Secundária Dr. Ginestal Machado com o anterior Agrupamento de Escolas de Mem Ramires. A atual unidade orgânica de gestão é constituída por cinco estabelecimentos de ensino.

O **Jardim de Infância do Pereiro** funciona na escola básica do 1º ciclo com o mesmo nome, tendo iniciado o seu funcionamento em outubro de 2004. A **Escola Básica do Pereiro** remonta a 1982, tem a tipologia de P3, embora não tenha o traço genuíno, por ter sofrido posteriormente algumas adaptações, como a inclusão de uma sala para o funcionamento do Jardim de Infância e a construção de um refeitório. Na escola existem 5 salas de aula, uma sala de professores, uma cozinha, um refeitório, um polivalente, casas de banho, um balneário, um pátio com algumas árvores e um pequeno parque infantil.

A **Escola Básica nº7 de Santarém, Leões** é uma escola de tipologia P3, tendo sido construída em 1984. A escola é constituída por onze salas de aula, distribuídas por dois blocos. Cada bloco tem dois pisos com três salas e uma zona comum. Todas as turmas funcionam atualmente em regime normal, existindo ainda uma sala UAE (Unidade de Apoio Especializado à Educação de Alunos com Multideficiência) e uma sala UEE (Unidade de Ensino Estruturado). Existe também um polivalente, sendo também o espaço onde os alunos passam os intervalos nos dias de chuva. De realçar ainda a existência de uma biblioteca integrada na rede de bibliotecas escolares, de uma sala de professores, de um gabinete da Coordenação do estabelecimento, de uma reprografia, de uma cozinha, de casas de banho e de arrecadações. O refeitório funciona num anexo inaugurado em outubro de 2007.

A **Escola Básica do Sacapeito** (Centro Escolar do Sacapeito) foi inaugurada em setembro de 2015. Corresponde a um equipamento moderno de nova geração, numa lógica de centro escolar integrado, disponibilizando a valência da educação pré-escolar e de 1º ciclo do ensino básico, mas complementado por espaços polivalentes e destinados a atividades de enriquecimento e complemento curricular. O seu projeto foi premiado pela sua modernidade e preocupações construtivas do ponto de vista ambiental. Este equipamento possui 4 salas de Jardim de Infância e 8 salas destinadas ao 1º ciclo do ensino básico. Integra um refeitório totalmente equipado e um espaço polivalente, para além de gabinetes de trabalho, biblioteca (integrada na rede de bibliotecas escolares) e sala de docentes. No espaço exterior apresenta equipamentos de recreio e campos de jogos.

A **Escola Básica Mem Ramires**, inaugurada em 1987, dispõe de 25 salas, sendo 13 as salas normais de aula e 12 as salas específicas. Relativamente a estas últimas, refira-se o laboratório de Ciências Naturais, duas salas equipadas para as Tecnologias da Informação e Comunicação, uma sala adaptada para a disciplina de Ciências Físico-Químicas, duas salas de Educação Visual e Tecnológica e uma de Educação Visual, uma sala de Educação Musical, uma de Ciências da Natureza e uma outra de Matemática (Ginásio da Matemática); existem, ainda, salas adaptadas para o funcionamento transitório da UAE (Unidade de Apoio Especializado à Educação de Alunos com Multideficiência) e da UEE (Unidade de Ensino Estruturado). Para a deslocação de deficientes motores ao primeiro andar do Bloco A, onde funciona a Biblioteca integrada na rede de bibliotecas escolares, o auditório, uma das salas TIC, o gabinete dos Diretores de Turma, uma sala para trabalho com alunos da Educação Especial e o Centro de Formação da Lezíria do Tejo, foi colocado um elevador no verão de 2004. No final do ano letivo 2018/2019 foi inaugurada a “Sala do Futuro”, numa colaboração com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Nesta escola tem sede o Centro de Formação da Lezíria do Tejo.

A **Escola Secundária Dr. Ginestal Machado**, cujo edifício atual foi inaugurado em 1969, tem vindo, nos últimos anos, a beneficiar de esforços no sentido de tornar a escola um local agradável, bem cuidado e atrativo. Depois das remodelações a nível exterior, têm também sido feitas algumas remodelações no interior, onde se inclui a biblioteca integrada na rede de bibliotecas escolares. Ainda assim, este estabelecimento não chegou a beneficiar de obras de requalificação ao abrigo do Programa de Modernização da Parque Escolar, entretanto suspenso, o que gera alguns problemas de conforto e de qualidade de espaços específicos (caso dos laboratórios, oficinas e espaços desportivos), para além de outros associados às ainda existentes placas de fibrocimento. Em termos de disponibilidade física para a leção a escola possui 28 salas de aula normais e várias salas específicas, sendo de destacar 3 laboratórios (Física, Química e Biologia), 1 sala de Desenho, 2 salas de Desenho/Geometria Descritiva, 5 salas de Informática, 1 sala de Multimédia, várias oficinas, 2 Ginásios e 1 Campo de Jogos.

1.3 – Os Recursos Humanos e financeiros

No ano letivo de 2019/20, o Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado possuía 230 docentes, dos quais 168 pertenciam ao quadro de nomeação definitiva do agrupamento/ escolas (cerca de dois terços do total). Este número reflete a estabilidade do quadro de pessoal docente deste agrupamento de ensino.

Um pouco menos de metade dos docentes do agrupamento (105) lecionam na Escola Secundária Dr. Ginestal Machado traduzindo, deste modo, o peso da escola sede secundada pela Escola Básica Mem Ramires (84).

A maioria dos oito departamentos curriculares atualmente existentes no Agrupamento é constituída por um número de docentes situado entre as duas e as quatro dezenas – confrontem-se os Quadros 2 e 3 (Anexos).

No ano letivo de 2019/20 estavam ao serviço 59 assistentes operacionais, todos do quadro. A maioria (37) prestavam serviço na Escola Secundária Dr. Ginestal Machado e na Escola Básica Mem Ramires. Concomitantemente, no mesmo ano letivo, estavam ao serviço 15 assistentes técnicos – confronte-se Quadro 4 (Anexos).

1.4 – A comunidade escolar

Para além do pessoal docente e não docente, a comunidade escolar era constituída em 2019/2020 por 2.307 alunos, divididos entre o pré-escolar e os 12 níveis de escolaridade que constituem a escolaridade obrigatória.

O pré-escolar registava 110 crianças, divididas por 4 com 3 anos, 36 com 4 anos, 49 com 5 anos e 21 com 6 anos. O 1º ciclo registava 498 alunos, divididos por 89 no 1º ano, 109, no 2º ano, 89 no 3º ano e 97 no 4º ano. O 2º ciclo registava 336 alunos, divididos por 157 no 5º ano e 179 no 6º ano. O 3º ciclo registava 503 alunos, divididos por 181 no 7º ano, 166 no 8º ano e 156 no 9º ano. O ensino secundário registava 682 alunos, divididos por 221 no 10º ano, 230 no 11º ano e 231 no 12º ano. O ensino profissional registava 227 alunos, divididos por 123 no 1º ano, 91 no 2º ano e 73 no 3º ano.

Os alunos estavam divididos pelas 5 escolas do Agrupamento da seguinte forma: Escola Ginestal Machado, 1.306 alunos; Escola Mem Ramires, 502 alunos; Escola do Sacapeito, 276 alunos; Escola dos Leões, 123 alunos; Escola do Pereiro, 100 alunos.

1.5 – A Oferta Educativa

No agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado são lecionados os diferentes níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, passando pelos três ciclos do ensino básico.

No ensino secundário são oferecidos os quatro cursos científico-humanísticos possíveis (Ciências e Tecnologias, Artes, Humanidades e Ciências Socioeconómicas), sendo também lecionados quatro cursos profissionais (Gestão e Programação de Sistemas Informáticos/Informática; Multimédia; Artes do Espetáculo e Organização de Eventos). Propor-se-á a possibilidade de abertura dos cursos profissionais de Secretariado/Logística e Jardinagem.

O Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado oferece também a possibilidade de frequência dos Cursos Artísticos Especializados - área da Música, em regime articulado com o Conservatório de Música de Santarém. Estes cursos são um percurso de ensino básico e de ensino secundário no qual a lecionação das disciplinas das componentes do ensino artístico especializado é assegurada pelo Conservatório de Música de Santarém e a das restantes componentes pelo Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado.

A análise da evolução do número de alunos no Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado ao longo dos últimos quatro anos letivos (ver Anexos - Quadro 5) permite detetar padrões de evolução distintos. Constata-se que o Pré-escolar teve decréscimos na sua procura até ao presente ano letivo (2019/20). Já no 1º ciclo do ensino básico houve oscilações em torno dos 400 alunos, tendo o presente ano letivo registado uma ligeira diminuição do número de alunos. No que se refere aos restantes ciclos de ensino (3º ciclo e secundário) apresentam um acréscimo progressivo na sua procura, sendo este mais significativo no ensino secundário. De notar, contudo, que no 2º ciclo do ensino básico, após aumentos sucessivos na procura, no presente ano letivo diminuiu o número de alunos.

Também no que se refere à evolução da procura por estabelecimento de ensino se detetam padrões de evolução distintos. Na maioria dos estabelecimentos do Pré-escolar e do 1º ciclo há uma tendência para a diminuição da procura, explicável a partir do ano 2015/16 com a abertura da nova EB do Sacapeito, que levou ao encerramento do Jardim de Infância da Feira e, posteriormente, ao encerramento do Jardim de Infância do Sacapeito. Na Escola Básica Mem Ramires verificou-se uma estabilização da procura (depois de uma retoma da procura a partir de 2015/16). Já a Escola Secundária Dr. Ginestal Machado, tem registado um aumento gradual da procura ao longo dos últimos três anos letivos, com ligeira quebra no presente ano letivo – confronte-se Quadro 6 (Anexos).

1.6 – Resultados escolares

a) Taxa de Transição

Pela análise da taxa de transição/conclusão (ver Anexos - Quadros 7 e 8), conclui-se que, em termos agregados, o Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado apresenta valores elevados (superiores ou 92% no EB e a 84% no ES) verificando-se um ligeiro aumento da referida taxa desde 2016/17 a 2018/2019. Quanto aos valores obtidos para a taxa de transição por ciclo, é de salientar que para o **1.º Ciclo** a meta para a referida taxa (95%) foi atingida em todos os anos letivos, apesar de no ano de 2018/19, no 1º e 2º anos de escolaridade, a meta ficar aquém do previsto no PEA 17/20. Situação análoga para o **2.º Ciclo**, pois a meta para a taxa de transição (91%) foi alcançada em todos os anos letivos e com tendência progressiva. Quanto ao **3.º Ciclo**, a meta de 86% foi superada em todos os anos letivos de 2016/17 a 2018/19, com alguma oscilação nos resultados, sobretudo pelo resultado abaixo da meta verificado no 8º ano de escolaridade no ano letivo de 2017/18. É de registar que apesar de no ensino

básico as taxas de sucesso estarem globalmente acima da meta preconizada no PEA, convém referir que estão na sua maioria abaixo das taxas de sucesso verificadas a nível nacional. Quanto ao ensino secundário, no que respeita aos **Cursos Científico-Humanísticos** (Cf. Quadro 8 – Anexos) não se alcançou ainda a meta prevista para a taxa de transição do PEA (87%), embora os valores não apresentem um diferencial maior que 5,27%. Podemos constatar que esta taxa de transição, de uma forma geral, aumenta do 10º ano para o 11º ano, diminuindo do 11º para o 12º ano, tendência esta também registada a nível nacional.

A taxa de abandono para os vários ciclos de ensino assume valores praticamente residuais, mercê da exigência da legislação em vigor e da preocupação do agrupamento em efetuar o encaminhamento de alunos de acordo com a sua tendência vocacional.

Relativamente aos **Cursos Profissionais**, a taxa de sucesso tem evoluído de forma bastante significativa, verificando-se sucessivos aumentos de aproximadamente 5% por ano letivo, desde 2016/2017 a 2018/19, tendo atingido a meta de 85% prevista no PEA (Projeto Educativo do Agrupamento) no ano letivo 2018/19. Salienta-se o facto de as taxas de sucesso dos cursos profissionais do agrupamento estarem acima da taxa de sucesso a nível nacional em todos os anos de escolaridade.

Através da monitorização efetuada pela equipa **EQAVET** (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais) concluiu-se que:

- i) A taxa de conclusão dos cursos é superior à média nacional, rondando os 80 %, mas ainda assim inferior aos resultados contratualizados no âmbito das candidaturas ao POCH (=> 85 %);
- ii) A taxa de conclusão dos cursos após o tempo previsto apresenta valores a rondar os 10%;
- iii) A taxa de diplomados empregados por conta de outrem apresenta uma variação significativa (superior a 20%) entre triénios;
- iv) A taxa de colocação no mercado de trabalho/prosseguimento de estudos apresenta valores médios acima de 85%;
- v) A taxa de colocação no mercado de trabalho (média de 38%) é inferior à taxa de prosseguimento de estudos (média de 54%);
- vi) A taxa de diplomados a exercer profissões relacionadas com o curso é bastante baixa, rondando os 30%;
- vii) A taxa de diplomados a exercer profissões é relativamente baixa, rondando os 38%.

b) Resultados Internos/Externos por Disciplina

No que se refere ao **1º ciclo** do ensino básico, verifica-se que Português, Matemática e Estudo do Meio apresentam um sucesso superior a 90,28% em 2016/17 e 2017/18, atingindo mesmo os 94,32% a Português, 93,28% a Matemática e 97,93% a Estudo do Meio no último ano letivo mencionado; no entanto, os resultados atingiram valores ligeiramente inferiores no ano letivo de 2018/19, com 94,02% a

Português, 91,54% a Matemática e 98% na disciplina de Estudo do Meio. Da análise dos resultados pode concluir-se que em 2018/19 apresentam um decréscimo relativamente aos anos letivos anteriores aqui considerados, o que significa que na maioria das disciplinas as metas de sucesso por ano de escolaridade foram atingidas nos anos letivos 2016/17, 2017/18 e 2018/19. (cf. Quadros em anexo)

No que diz respeito à evolução dos resultados obtidos por disciplina, no **2º ciclo**, verificamos uma quase estagnação de valores para 2016/17, 2017/18 e descida significativa no ano letivo de 2018/19 sobretudo no Português e Matemática do 5º ano de escolaridade, com ligeiras diferenças entre algumas disciplinas. No que diz respeito à evolução dos resultados obtidos por disciplina, no 2º ciclo, verificamos uma quase estagnação de valores para 2016/17 e 2017/18 e descida significativa em 2018/19 no 5º ano de escolaridade, com ligeiras diferenças entre algumas disciplinas. No 6º ano de escolaridade os resultados evoluíram de forma significativa de 2016/17 para 2017/18, registando-se uma regressão nos resultados no ano 2018/2019, em particular a Português e Matemática. Não obstante, as metas previstas no PEA foram atingidas na maior parte das disciplinas.

No **3º ciclo**, na maioria das disciplinas, houve uma estagnação de resultados e, no caso das disciplinas de Físico-Química, Português e Matemática, os resultados foram mais preocupantes, atingindo no caso de Matemática um valor mínimo de 68,26% no ano letivo 2018/2019. No 8º ano, em particular, os resultados ficam manifestamente aquém nas disciplinas de Físico-Química e nas Línguas, assumindo taxas de sucesso muito preocupantes a Matemática: 70,83%, 48,87% e 72,11% respetivamente nos anos letivos 2016/17, 2017/18 e 2018/19 respetivamente. No 9º ano de escolaridade a situação nestas disciplinas não é muito diferente, atingindo nestes três anos letivos valores de 57,23%, 67,57% e 70,71% nesta disciplina. Apesar deste cenário as taxas de sucesso foram atingidas na maioria das disciplinas.

Quanto aos resultados relativos às classificações internas e aos exames nacionais (avaliação externa) no **3º Ciclo**, na disciplina de Português salienta-se o facto dos níveis médios (ou percentagens) obtidos quer na Classificação Interna Final (CIF), quer na Classificação de Exame (CE) terem sido sempre superiores ou iguais a três ou em percentagem superior a 50%. O mesmo não acontece com a disciplina de Matemática que, no ano de 2017, quer a CIF, quer na CE foi inferior a três. Nestas duas disciplinas existe uma certa oscilação nos resultados em termos da CIF e da CE, com uma tendência para os resultados de exame acompanharem as classificações internas finais. Também existe uma tendência para a CIF do agrupamento ser inferior à CIF nacional (Quadro 9 – Anexos)

No **Ensino secundário**, a diferença entre as classificações de frequência e de exame nas disciplinas sujeitas a exame (avaliação externa - 11.º e 12.º anos de escolaridade), cifra-se, em regra, entre os 2 e os 3 valores. Importa realçar que, no ano 2016/17, em praticamente todas as disciplinas, a classificação de exame da Escola Sec. Dr. Ginestal Machado foi superior à média nacional; contudo, esta situação não se manteve de forma significativa nos anos letivos 2017/18 e 2018/19 (Quadro 10 – Anexos)

Nos últimos anos acentuou-se uma tendência para a CIF e a CE do agrupamento estarem abaixo dos valores nacionais, verificando-se alguma oscilação nos resultados globais do agrupamento em termos de CIF, bem como em relação aos resultados nos exames nacionais. Os resultados são globalmente positivos nos exames do ensino secundário. As disciplinas que requerem mais atenção pelos resultados menos favoráveis são Biologia/Geologia, Física e Química A e História da Cultura e das Artes.

2 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

2.1 – Pontos Fortes e Oportunidades

Foram identificados, a partir dos dados fornecidos pelo relatório de avaliação interna e de *inputs* de reuniões várias com diversas estruturas da comunidade educativa, os seguintes **pontos fortes** do Agrupamento:

- a) A riqueza e a transversalidade das iniciativas de cariz sociocultural e solidário, com impacto nas competências sociais das crianças e dos alunos;
- b) A participação e a distinção dos alunos numa pluralidade de eventos, de âmbito nacional e internacional, com repercussões na valorização dos sucessos e no reconhecimento da comunidade;
- c) A promoção de formação interna para docentes e não docentes, orientada para a melhoria nos desempenhos profissionais;
- d) A boa imagem que o Agrupamento tem no exterior, projetando-se como uma escola inclusiva, dinâmica e com uma ligação muito forte à comunidade;
- e) A liderança do diretor, promotora da motivação e do empenho dos trabalhadores, contribuindo para a construção da identidade do Agrupamento;
- f) A dinâmica da direção na formalização de protocolos e de parcerias ativas, que tem contribuído para a melhoria do serviço prestado.

Em termos de **oportunidades**, configuram-se as seguintes:

- a) Identificação de causas explicativas do sucesso e do insucesso, de forma a potenciar a definição de estratégias que produzam o impacto desejado nos resultados académicos;
- b) Operacionalização efetiva de procedimentos de articulação horizontal e vertical do currículo, contribuindo para a consistência e a sequencialidade das aprendizagens;
- c) Institucionalização de práticas de supervisão das atividades letivas, em contexto de sala de aula, enquanto estratégia do desenvolvimento profissional, tendo em vista o incremento da qualidade das práticas de ensino.
- d) Valorização da avaliação formativa enquanto instrumento de regulação do processo de ensino e de aprendizagem;
- e) Generalização da elaboração de matrizes e de instrumentos de avaliação comuns, de forma a garantir a validade e a fiabilidade dos instrumentos utilizados;
- f) Promoção de comportamentos de sustentabilidade ambiental;

- g) Aquisição de equipamentos e ferramentas que facilitem o trabalho de professores, alunos e PND;
- h) Procura de melhores níveis de conforto;
- i) A procura do Agrupamento por famílias estrangeiras.

2.2 – Pontos Fracos e Ameaças

Com base na análise dos diversos questionários e entrevistas realizados para a elaboração do relatório de avaliação interna, detetam-se os seguintes **pontos fracos**:

- a) Relações interpessoais, atitudes e valores coletivos;
- b) Dificuldades no acesso a todos aos meios de comunicação eletrónica;
- c) Dificuldades de carácter geral detetadas nos alunos;
- d) Dificuldades de carácter específico detetadas nos alunos;
- e) Em termos de manutenção pretende-se encontrar formas de responder com a melhor celeridade a questões como: reparação de fechaduras; substituição de lâmpadas e lâmpadas de videoprojectores; arranjo de estores; manutenção de computadores.

Como **ameaças** à concretização dos objetivos deste Projeto Educativo podem identificar-se as seguintes:

- a) Indefinição do processo de descentralização de competências;
- b) Individualismo crescente na sociedade;
- c) Falta de confiança nas instituições. Neste âmbito pretendem-se encontrar soluções para questões relacionadas com: Segurança informática; internet mais estável; articulação (unificação) de programas informáticos; climatização de espaços comuns e salas de aula. Numa outra dimensão de nível superior, a substituição das coberturas de fibrocimento e requalificação de alguns espaços e substituição de mobiliário;
- d) Efeitos da pandemia, quer em termos de resultados dos alunos, quer em termos de aprendizagens, atitudes, problemas e posturas na sociedade e individualmente;
- e) Efeitos da pandemia no corpo de profissionais do Agrupamento.

3 – VISÃO, MISSÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES

3.1 – Visão e Missão

A Visão para o AEGM é o reconhecimento de uma instituição de referência nos diversos contextos em que se insere, pela qualidade do ensino e formação ministrados.

O AEGM tem como **Missão** prestar um serviço de educação e formação de qualidade, facultando aos seus alunos, uma sólida formação de base, de competências e saberes orientados para a resolução dos desafios do Século XXI, que permitam as melhores escolhas para o seu futuro.

3.2 – Valores

Pretendemos que a formação dos nossos jovens, assente numa Educação que respeite os Direitos Humanos, promova uma Cidadania Europeia e defenda o Ambiente, pelo que propomos, como **Valores** matriciais do agrupamento, os valores **da liberdade, da igualdade de direitos, da justiça, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz, da defesa do ambiente.**

Apesar dos **contextos**, as escolas que fazem a **diferença**, são aquelas em que os líderes **inspiram** o trabalho dos docentes para que estes possam fazer a diferença na vida dos alunos, num contexto de **confiança** nas suas **capacidades**.

3.3 – Princípios orientadores

Relativamente aos objetivos e à operacionalização dos mesmos, deverá ser consultado anualmente o Plano Anual de Atividades do Agrupamento, onde se desenvolvem e aprofundam os objetivos gerais a atingir pelo Agrupamento, assim como os objetivos específicos que se articulam e complementam com as restantes atividades de complemento curricular e extra – curricular, trabalho que deve ser desenvolvido num clima de **confiança** e **colaboração**, procurando conseguir a qualidade que se deseja em termos do trabalho e dos resultados. O que por sua vez implica esforço, exigência e dedicação.

O Regulamento Interno do Agrupamento é também um documento de consulta obrigatória para um bom desempenho do coletivo.

Em termos de oferta formativa, o Plano de Estudos e Desenvolvimento do Currículo reúne um conjunto de dados que orientam a ação deste Agrupamento ao nível do currículo – da educação pré-escolar ao ensino secundário, dos cursos científico-humanísticos ao ensino profissional.

Destacar que o Agrupamento irá propor à tutela, ainda durante a vigência deste Projeto Educativo, um Plano de Inovação (nos moldes definidos na Portaria nº 180/2020), que, após aprovação, lhe permitirá gerir até 25% das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas, a planificação de um currículo relativo à **Europa**, um outro relativo ao **Património e Ambiente** (num contexto de interação com realidade local), funcionar num regime de semestralidade em termos de organização do ano letivo, e implementar novos critérios de avaliação, de acordo com o previsto no Decreto-lei nº 55/2018.

Há que referir também que este Projeto Educativo foi elaborado em plena pandemia de Covid-19, pelo que, se complementa (durante a mesma) com outros documentos estruturantes, o Plano de Ensino à Distância do Agrupamento, com base no Decreto-Lei nº 14-G/2020, de 13 de abril, e Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho, o Plano de Desenvolvimento das Aprendizagens, o Plano de Atuação, assim como os Planos de Mentoria e de Tutoria, no sentido de se conseguir responder de forma mais adequada aos constrangimentos que se poderão observar no contexto em causa.

No âmbito da vertente ambiental, contemplará também um Plano de Eficiência Energética.

4 - EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com a publicação dos Decretos-Lei nºs 54 e 55 de 2018 e a necessidade de proceder à sua implementação, numa conceção mais alargada de escola inclusiva, o Agrupamento de escolas Dr. Ginestal Machado propõe-se trabalhar com todos os alunos que o procurem no sentido de os fazer alcançar a maioria das aprendizagens essenciais afetas às suas matrizes curriculares, desenvolvendo também as competências inscritas no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

Neste contexto, as metas a alcançar pelos docentes das diversas disciplinas serão ambiciosas, no sentido em que nenhum aluno deve ser deixado para trás. Para consubstanciar este desiderato, assume particular importância o papel do Diretor de Turma como coordenador da equipa docente, mas também como interlocutor com as famílias/encarregados de educação. O trabalho de coordenar esforços de modo a que todos os alunos consigam desenvolver as suas capacidades e melhorar os seus desempenhos começa com a caracterização pormenorizada que o diretor de turma consiga fazer do seu grupo de alunos, a diversos níveis, nomeadamente ao nível dos resultados escolares obtidos no ano anterior.

As metas a atingir no final de cada ano letivo têm de ser diferenciadas entre turmas, valorizando-se os progressos conseguidos no final de cada ano de trabalho com aqueles alunos, em cada disciplina, mudando-se assim o paradigma de definição de metas por disciplina e por ano de escolaridade.

4.1 - Eixo 1: Sucesso Educativo



OBJETIVOS e METAS 2020-2023			
Missão: Formar cidadãos para uma sociedade mais justa e competitiva			
Visão: Confiança nas capacidades – individuais e coletivas			
Eixo 1 – Sucesso Educativo			
Objetivos Estratégicos		Indicadores	Meta
OE 1.1	Melhorar os resultados escolares e reduzir o absentismo escolar	Melhorar o sucesso escolar global	95% no final do triénio
		Aumentar o sucesso escolar pleno	75% no final do triénio
		Aumentar o sucesso escolar global a Matemática	65% no final do ano
		Reduzir o “abandono” escolar	1% (média) no final do triénio
OE 1.2	Promover a cidadania ativa, inclusiva e solidária	Nº de ações que envolvem os alunos no âmbito de uma cidadania responsável	1 ação por ano
		Nº de ações que envolvem os alunos no âmbito da inclusão	
		Nº de ações que envolvem os alunos de cariz solidário	
OE 1.3	Promover projetos e atividades para o desenvolvimento de competências estruturantes da aprendizagem em articulação com a comunidade local, regional, nacional e internacional	Nº de projetos/atividades que envolvem alunos de âmbito local	1 projeto/atividade por ano
		Nº de projetos/atividades que envolvem alunos de âmbito nacional	
		Nº de projetos/atividades que envolvem alunos de âmbito internacional	
OE 1.4	Consolidar uma forte dinâmica relacional com a comunidade escolar	Nº reuniões realizadas com os alunos	1 reunião por ano
		Nº reuniões realizadas com os pais/Enc. de Educação	
		Nº reuniões realizadas com docentes e não docentes	
OE 1.5	Promover e incentivar uma maior participação dos alunos na vida da escola e na construção do currículo	Auscultar os alunos em relação ao PCT	1 reunião por ano
		Auscultar os alunos em relação ao ambiente/espço escolar	
		...	
OE 1.6	Promover a valorização e inserção académica e profissional dos alunos	Nº de projetos/atividades que visam a valorização dos alunos	1 projeto/atividade por ano
		Nº de relatórios sobre a inserção profissional/académica dos alunos	1 relatório por ano
Obs: Os objetivos pretendidos poderão sofrer alterações, decorrentes da realidade pandémica nacional/local, considerando que pode estar em causa a inviabilidade de concretização de diversas iniciativas.			

4.2 - Eixo 2: Prestação do Serviço Educativo



OBJETIVOS e METAS 2020-2023			
Missão: Formar cidadãos para uma sociedade mais justa e competitiva			
Visão: Confiança nas capacidades – individuais e coletivas			
Eixo 2 – Prestação do Serviço Educativo			
Objetivos Estratégicos		Indicadores	Meta
OE 2.1	Promover o desenvolvimento de competências do século XXI	Aumentar o tempo letivo da disciplina de TIC no ensino básico	Planificação de conteúdos com centro de interesse em aplicações utilizadas de forma rotineira
		Desenvolver ações de curta duração sobre as TIC para professores	1 ação por triénio (mínimo)
		Recorrer a aplicações TIC no apoio às aprendizagens dos alunos em sala de aula	Uma por período por disciplina
OE 2.2	Promover a abordagem flexível do currículo e a sua articulação horizontal e vertical (criando ambientes de aprendizagem híbridos, incluindo os DAC)	Promover a coadjuvação em sala de aula entre professores de ciclos diferentes	Contemplar nos calendários horários dos professores
		Desenvolver projetos interdisciplinares ao nível do CT e/ou que envolvam os DAC	1 projeto por CT por ano
OE 2.3	Promover o desenvolvimento da linguagem oral/escrita, bem como psicomotor, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo.	Projeto “10 minutos a ler” (diário), em colaboração com a Biblioteca Escola. Ouvir histórias e trabalhar a história. Ler/contar/recontar histórias, autonomamente, quer oralmente, quer por escrito.	Registo mensal: *Ilustração (desenho, pintura, recorte, colagem...); Ficha de leitura ou outro... (uma vez por mês) e com a coadjuvação de um professor nas disciplinas de Português, Educação Artística e Educação Física.
		Compreensão de mensagens orais em situações diversas de comunicação Valorização da consciência linguística.	
OE 2.4	Promover a implementação das Medidas Universais, Seletivas e Adicionais de suporte à aprendizagem no contexto de sala de aula	Definir estratégias de diferenciação pedagógica (contemplem o nível de proficiência) para os alunos com necessidades de medidas ao abrigo DL 54	Uma por aluno/disciplina Pelo menos um professor a coadjuvar
		Apoiar através de coadjuvação as turmas com alunos com medidas seletivas e adicionais	
OE 2.5	Promover a avaliação formativa e a diversidade de instrumentos de avaliação	Realizar avaliação formativa, sempre que possível, antes da avaliação sumativa (utilizando testes formativos, rúbricas de avaliação, ...)	Usar um instrumento de avaliação formativa por conteúdo programático, constante na planificação e monitorizado pelo Coordenador de Grupo Disciplinar
		Reflexão mensal em Grupo Disciplinar sobre a avaliação	Mensalmente
		Dar feedback mensal, formal e informal, aos alunos	Mensalmente (feedback formal)
OE 2.6	Promover a integração de alunos estrangeiros	Organizar tempos de trabalho para lecionação de aulas intensivas de língua e cultura portuguesa	Constituição de 2 grupos de trabalho para alunos estrangeiros

4.3 - Eixo 3: Liderança, Gestão e Autoavaliação



OBJETIVOS e METAS 2020-2023

Missão: Formar cidadãos para uma sociedade mais justa e competitiva

Visão: Confiança nas capacidades – individuais e coletivas

Eixo 3 – Liderança, Gestão e Autoavaliação

Objetivos Estratégicos		Indicadores	Meta
OE 3.1	Promover o papel das lideranças e das estruturas intermédias	Elaboração de propostas por parte das estruturas intermédias dirigidas ao Diretor	1 ação por ano
		Realizar intervenção em sala de aula	1 aula por período/GD
OE 3.2	Promover a gestão e a qualificação dos recursos humanos	Realizar ações de formação na área do ensino à distância recorrendo a plataformas online	1 ação por triénio
		Realizar ações de formação na área específica de lecionação dos professores	1 ação por triénio
		Realizar ações de formação para o pessoal não docente	1 ação por ano
OE 3.3	Melhorar a gestão de recursos físicos, materiais e financeiros	Melhorar os espaços escolares interiores e/ou exteriores	1 por ano letivo/escola
		Melhorar os equipamentos informáticos	Número de intervenções / equipamentos colocados
		Melhorar o conforto dos espaços interiores	Número de intervenções / equipamentos colocados
OE 3.4	Consolidar práticas de autoavaliação	Realizar um relatório de autoavaliação anualmente – resultados dos alunos	Anual
		Realizar a avaliação dos C. Profissionais segundo os parâmetros da EQAVET	Anual
		Avaliar o grau de concretização do PEA	Trienal
		Avaliar o grau de concretização do PAA	Anual
		Avaliar o desempenho financeiro e das áreas e prestação de serviços	Anual
		Avaliar os resultados dos indicadores relacionados com os alunos, para além dos resultados escolares	Anual
		Avaliar os resultados obtidos por projetos	Anual

5 – OPERACIONALIZAÇÃO

5.1 – Estruturas de gestão

As estruturas de gestão existentes manterão, na sua globalidade, a mesma constituição e o seu funcionamento reger-se-á pelos documentos em vigor.

O Conselho Geral reunir-se-á trimestralmente e sempre que for necessário, em função do previsto no regimento específico.

O Conselho Pedagógico continuará o seu trabalho e procedimentos, reunindo-se mensalmente e sempre que for necessário, em função do previsto no seu regimento específico, o mesmo sucedendo como o Conselho Administrativo, relativamente a questões administrativas e financeiras.

Na dependência deste último e do Diretor, funcionam os Serviços Administrativos, que suportam o funcionamento do Agrupamento e para o qual contribuem em termos de objetivos. Neste caso desenvolver-se-ão diversas iniciativas em termos de adaptação do seu funcionamento, no sentido de se conseguir uma melhor eficiência, nomeadamente no atendimento via suportes eletrónicos e telefónicos, promovendo-se para além disso a desmaterialização dos documentos físicos, iniciativa que será transversal a todo o funcionamento da instituição.

A equipa Diretiva reunir-se-á mensalmente e sempre que for necessário.

Os Coordenadores de escola continuarão a desenvolver o seu trabalho, num ambiente de reforço da identidade de cada uma das escolas e na prossecução da melhoria das condições de funcionamento, que contemplará uma maior proximidade ao Diretor em termos de planificação e articulação do trabalho.

Os Coordenadores de Diretores de Turma continuarão a desenvolver o seu trabalho de acordo com as suas competências, promovendo, através dos Diretores de Turma, a importante ligação entre a escola e as famílias.

Os Coordenadores de Departamento, como responsáveis pela gestão pedagógica de cada um dos Departamentos Curriculares, procederão à revisão dos respetivos regimentos, implementarão as medidas que se relacionam com o novo conceito de avaliação dos alunos, nomeadamente no que se refere aos critérios, formas e instrumentos de avaliação. Neste âmbito prevê-se a constituição de um momento comum, com caráter mensal, para em comum com o Diretor e outros responsáveis pela gestão pedagógica (sempre que necessário), aprofundarem as medidas e trabalho a implementar e desenvolver.

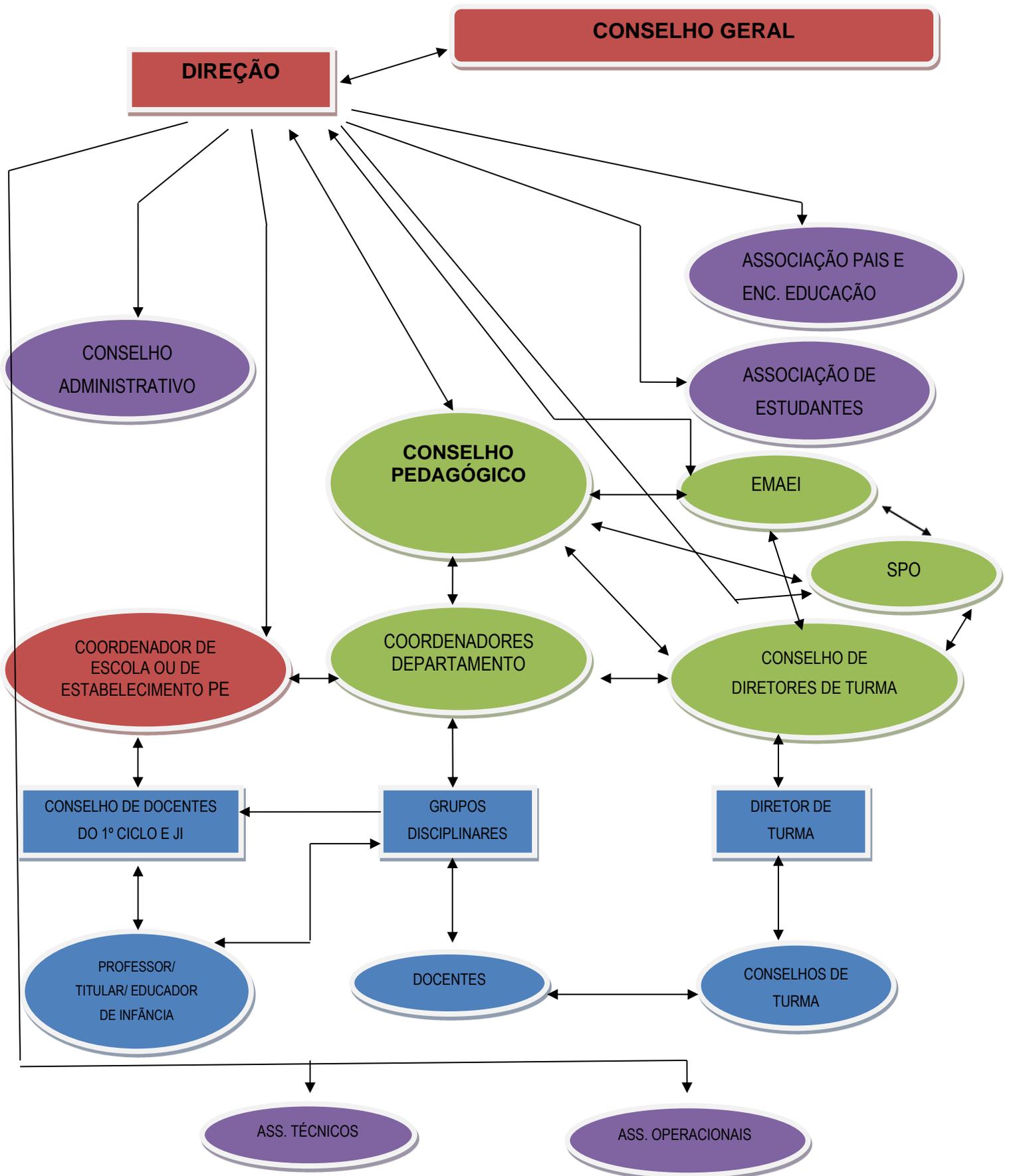
Os Coordenadores de Grupo Disciplinar substituirão os anteriores Coordenadores de Grupo de Recrutamento, num contexto que se pretende de maior abrangência de intervenção por parte dos professores de cada disciplina. Esta alteração tem por objetivo que os professores de uma mesma disciplina possam contribuir de forma mais eficaz no acompanhamento dos alunos, dos currículos e dos trabalhos, em todos os níveis de escolaridade. Para o efeito será necessário alterar o regimento de funcionamento dos Grupos (agora) disciplinares.

Em termos dos Diretores de Instalações pretende-se que ao longo da vigência do projeto sejam alteradas as suas funções e redefinidas as suas competências, reduzindo-se o número de pessoas envolvidas, com mais tempo dedicado a esta tarefa, de modo a conseguir-se uma melhor eficácia nos resultados e uma maior rapidez nas respostas necessárias.

Pretende-se que as equipas de trabalho, constituídas para exercício de funções ao longo do ano letivo, possam continuar as mesmas tarefas durante os períodos não letivos e ao longo de todo o período de vigência deste projeto, de modo a conseguir-se uma maior eficiência de procedimentos e resultados, rotinando cada uma das equipas nas tarefas a realizar anualmente.

Nos Serviços operacionais, constituídos por todos os assistentes operacionais, independentemente do serviço de que dependem, haverá algumas alterações em termos de distribuição de serviço, mantendo-se as suas funcionalidades. A principal alteração a introduzir passa por uma gestão integrada dos mesmos, nomeadamente pela deslocação de assistentes operacionais entre as diversas escolas do agrupamento, em função das necessidades de cada uma, a atribuição de algumas tarefas administrativas e a formação na área das novas tecnologias e administração. Neste âmbito, a exemplo dos Serviços Administrativos, serão levadas a efeito as iniciativas possíveis, tendentes ao aumento do número de funcionários em exercício e à renovação de alguns.

5.2 – Organograma



5.3 – Estruturas de apoio

5.3.1 – Serviço de Psicologia e Orientação

Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) encontram-se previstos no Artigo 26.º da Lei de Bases do Sistema Educativo e foram criados pelo Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio, tendo por finalidade contribuir para o desenvolvimento integral das crianças e jovens e para a construção progressiva da sua identidade pessoal e vocacional, inserindo-se nos Serviços Técnico-Pedagógicos indicados no Artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 137/2012.

As Orientações para o Trabalho em Psicologia Educativa nas Escolas, publicadas em 2018, são entendidas como um conjunto de orientações técnico-metodológicas de apoio à intervenção dos psicólogos em contexto escolar e resultam da articulação entre as duas entidades que tutelam a intervenção dos SPO: a Direção Geral da Educação (DGE) e a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP).

As referidas orientações têm em consideração o novo enquadramento legal sobre inclusão e currículo, visando a colaboração na promoção de um desenvolvimento integral e harmonioso, de sentimentos de pertença, de felicidade e bem-estar junto dos alunos, assim como o desenvolvimento de competências e valores que permitam responder a desafios multifacetados e complexos tendo em consideração as exigências e a imprevisibilidade da sociedade contemporânea.

As áreas de intervenção do psicólogo em contexto escolar são transversais a todos os níveis de escolaridade, independentemente do foco da intervenção assumir algumas particularidades em função do nível etário, dos contextos e dos objetivos de desenvolvimento e de aprendizagem a realizar. A intervenção desenvolve-se em três domínios que embora apresentem especificidades, encontram-se interligados e têm um carácter de complementaridade: apoio psicológico e psicopedagógico, apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa, orientação escolar e profissional numa perspetiva de orientação ao longo da vida.

O **apoio psicológico e psicopedagógico** implica um conjunto diversificado de atividades que visam contribuir para o desenvolvimento integral do aluno, intervindo ao longo do seu percurso escolar, dotando-o de competências e de recursos que lhes permitam um desenvolvimento integral harmonioso e garantir as condições para realizarem aprendizagens significativas, considerando as características individuais e os contextos. Englobam a intervenção direta com os alunos, mas, sobretudo, o trabalho colaborativo na organização de respostas educativas diferenciadas e de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

A **orientação escolar e profissional** constitui-se como um conjunto de atividades que visam capacitar os indivíduos a identificar as suas capacidades, competências e interesses, a tomarem decisões em matéria de educação, formação e emprego e a gerirem o seu percurso individual no ensino, no trabalho e noutras situações em que estas capacidades e competências podem ser adquiridas ou utilizadas. A intervenção em orientação vocacional tem um carácter transversal e complementar ao longo

do percurso escolar dos alunos, através de um conjunto de atividades com os alunos ou em articulação com outros intervenientes da comunidade. Pretende-se capacitar os alunos para a construção e gestão equilibrada dos seus projetos de vida e de carreira através da aquisição de estratégias de *autoconhecimento, gestão da informação, gestão da mudança, decisão e acesso ao mercado de trabalho*.

A psicologia vocacional pode contribuir para o desenvolvimento de níveis mais elevados de perceção de bem-estar, promovendo o desenvolvimento pessoal e podendo constituir uma oportunidade de assumir-se um papel de participante ativo na criação do próprio futuro, sendo necessário sensibilizar para o desenvolvimento de atitudes de planeamento contínuo e de observação atenta das oportunidades do meio, contribuindo para desenvolver competências de flexibilidade, criatividade, resiliência e consciência de si próprio.

As vantagens das tecnologias de informação e comunicação e das intervenções à distância têm vindo a ser enfatizadas na promoção do desenvolvimento da carreira (muito para além das restrições impostas pelo confinamento derivado da situação atual) pela facilidade de acesso aos múltiplos conteúdos e de pesquisa e armazenamento da informação assim como o interesse que os meios tecnológicos de pesquisa podem desencadear nos alunos.

O ***apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa***, através de atividades desenvolvidas em equipas e parcerias, visa mobilizar os diversos agentes educativos, entidades e serviços da comunidade com vista ao desenvolvimento e melhoria das respostas educativas. Paralelamente a um trabalho individual, de acordo com as competências específicas de cada elemento, há uma complementaridade necessária que se concretiza num trabalho colaborativo, no desenho de linhas orientadoras e formas de intervenção que conduzirão a um processo educativo de qualidade, à criação de ambientes de aprendizagem positivos, seguros e saudáveis, que suportem o bem-estar, convocando os diversos agentes para um esforço conjunto e continuado.

Em cada um dos domínios a intervenção desenvolve-se de acordo com um modelo multinível, que compreende modalidades de aplicação universal ou dirigidas a um maior número de alunos e modalidades de intervenção em pequeno grupo ou individual, priorizando-se ações de carácter preventivo e de desenvolvimento de competências.

Sendo a inclusão e a aprendizagem responsabilidade de todos os agentes educativos, merece relevo a intervenção do SPO através de procedimentos de consultoria e a ação em equipas educativas com diversos elementos da comunidade educativa, de forma abrangente e holística, através do seu contributo técnico-científico na identificação das medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, harmonizando a promoção do sucesso escolar com as potencialidades e interesses dos alunos, bem como com a promoção da sua saúde mental e bem-estar. Esta visão abrangente e compreensiva pressupõe a assunção por todos os agentes educativos de um trabalho colaborativo, partilhando saberes e visões especializadas.

“A concretização de uma educação inclusiva de qualidade não implica apenas políticas inclusivas transversais e integradas, mas sobretudo transformações profundas no desenvolvimento de uma cultura social inclusiva e a existência de estratégias e práticas inclusivas por parte das escolas e de todas as outras entidades envolvidas. Sendo inquestionável o modelo de educação inclusiva, coloca-se então aos seus profissionais a questão-chave sobre o modo de organizar e operacionalizar as suas práticas assegurando uma colaboração alinhada com esse modelo.” (*Orientações para o Trabalho em Psicologia Educativa nas Escolas, 2018*)

Salienta-se que os alunos do Agrupamento beneficiam de intervenção psicológica no âmbito de parcerias estabelecidas entre o Agrupamento e serviços inseridos na comunidade, devendo ser garantida a não duplicação de intervenções:

a) *CRI – Centro de Recursos para a Inclusão*, parceria financiada pelo Ministério da Educação no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2018, que também envolve técnicos de outras áreas para além da psicologia.

b) *CIMLT/ Câmara Municipal de Santarém – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar*, desenvolvido no âmbito do POCH pela EMIC – Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária de Santarém. É disponibilizado ao AEDGM um horário e meio na área de psicologia estando também contempladas as áreas de educação social e animação cultural, contemplando a intervenção a promoção da inteligência emocional, mindfulness, mentoria e educação parental positiva.

Destacam-se também alguns recursos especializados externos ao Agrupamento: o Gabinete de Saúde Juvenil sediado no IPDJ, com valências em Psicologia e Consultas na área da Sexualidade; os técnicos de psicologia que intervêm em Lares de Infância e Juventude sediados no concelho de Santarém; a disponibilização do Dossier de Ofertas de Recursos Educativos da Câmara Municipal de Santarém que inclui atividades informativas / de sensibilização em temáticas relevantes para o desenvolvimento socio emocional dos alunos.

5.3.2 – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) desenvolve um conjunto de ações de apoio à operacionalização e desenvolvimento de uma Escola Inclusiva, atendendo às necessidades de aprendizagem e de participação **de todos e cada um dos alunos** do Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado.

A EMAEI constitui assim um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem e à inclusão que, em colaboração com todas as estruturas de liderança de topo e intermédia do Agrupamento, se propõe responder à diversidade das necessidades e potencialidades de cada um dos seus alunos, fomentando a sua participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

Compete-lhe, por um lado, sensibilizar e apoiar a implementação das medidas de suporte à aprendizagem, respetivo acompanhamento e monitorização da eficácia das mesmas; por outro lado, cabe-lhe o aconselhamento dos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, o acompanhamento do centro de apoio à aprendizagem e a sensibilização da comunidade educativa para a educação inclusiva, através de ações diversas.

A intervenção da EMAEI situa-se assim na dimensão espacial, social, relacional e pedagógica do Agrupamento, sendo o seu principal enfoque minimizar as barreiras individuais, familiares ou contextuais que inibem os alunos à aprendizagem, ao sucesso escolar e à participação, evitando todas as formas de discriminação. Pretende-se assim, num trabalho articulado e colaborativo com todos os agentes educativos a disseminação de uma filosofia e cultura de escola humanista, acolhedora, equitativa onde todos contam, independentemente das características individuais, familiares, sociais económicas e culturais de cada um.

A EMAEI, pela natureza do seu objeto (Dec-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho na atual redação da Lei 116/2019) valoriza o reconhecimento da mais-valia que é a diversidade, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino e aprendizagem às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que o Agrupamento dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa.

Apoia os conselhos de turma na identificação das barreiras à aprendizagem com que os alunos se confrontam, propondo estratégias para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada aluno tenha acesso ao currículo e às Aprendizagens Essenciais de cada disciplina, potenciando em todos e em cada um o desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Integram a equipa multidisciplinar de forma permanente, profissionais da escola, elementos representativos da direção, das coordenações de departamento, do Serviço de Psicologia e Orientação e um docente de educação especial, conhecedores da organização da mesma e das particularidades que caracterizam a sua unidade orgânica e elementos variáveis (identificados pela coordenadora da equipa, em função de cada caso) – docentes titulares da turma do aluno/diretores de turma, outros docentes do aluno ou técnicos que de alguma forma intervenham no processo educativo.

Equipa Multidisciplinar de Apoio Educação Inclusiva - EMAEI			
Objetivo central	Objetivos Estratégico	Ações a desenvolver	Avaliação
Permitir que todas as crianças e jovens que frequentam o Agrupamento aprendam e se sintam acolhidas e incluídas	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a igualdade de oportunidades através da individualização, diferenciação pedagógica correspondente às características de cada um. - Valorizar a participação dos alunos nos processos de decisão, promovendo-se a construção de percursos individuais de cidadania ativa. 	Propor projetos que previnam a existência de problemas de aprendizagem e potenciem o desenvolvimento da educação inclusiva e de uma Cidadania responsável e solidária.	<ul style="list-style-type: none"> - Redução do abandono escolar - Redução de comportamentos de risco
Propor as medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar / avaliar em equipa, as situações educativas, após a identificação das situações dos alunos. - Propor em equipa a implementação medidas de suporte e apoio à aprendizagem aos alunos que apresentem barreiras individuais familiares ou escolares à aprendizagem e inclusão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão: Universais, Seletivas, Adicionais adequadas à situação de cada aluno. - Elaborar planos de intervenção ajustados articulados e cooperativos ao aluno ou à turma 	-Acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia das medidas propostas
Elaborar o relatório técnico-pedagógico previsto no artigo 21.º e, se aplicável, o programa educativo individual e o plano individual de transição previstos	-Elaborar o relatório de EMAEI circunstanciado da situação do aluno, pela equipa permanente identificando o historial, os fatores individuais e contextuais que interferem de forma negativa com a aprendizagem que consubstanciará o RTP	-Analisar os RTP e as medidas propostas Rever todos os RTP dos alunos com aplicação das alíneas b) e d) do art.º 10.º do DL 54/18 na atual redação da Lei 116/19	- Monitorização e avaliação da eficácia das medidas propostas
Acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;	<ul style="list-style-type: none"> -Acompanhar o desenvolvimento do aluno relativamente às aprendizagens, comportamento e desenvolvimento sócio afetivo dos alunos - Promover o envolvimento e a corresponsabilização dos pais/encarregados de educação na elaboração, acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos. 	- Monitorizar e avaliar a eficácia das medidas propostas através da análise das grelhas de monitorização	- Elaborar um relatório síntese sobre os dados recolhidos das fichas de monitorização
d) Prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas	- Promover o trabalho colaborativo entre docentes e restantes agentes educativos, bem como em toda a comunidade educativa	<ul style="list-style-type: none"> - Propor uma diversidade de medidas de inclusão - propor uma diversidade de estratégias educativas para a universalidade dos alunos - Propor diversidade de recursos educativos 	- Eficácia das medidas de suporte à aprendizagem, nomeadamente das medidas universais.
Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva.	- Promover formação para pessoal docente e não docente sobre educação inclusiva	- Dinamizar ações de formação sobre diversas abordagens pedagógicas para atendimento da diversidade, nomeadamente a abordagem multinível, o desenho universal para a aprendizagem e a diferenciação pedagógica	- Partilha coletiva da visão e dos valores do que se pretende na Educação Inclusiva, mesmo que seja efetivada no nosso Agrupamento.
Centro de Apoio à Aprendizagem que otimize os recursos existentes no Agrupamento	- Propor a constituição de um Centro de Apoio à Aprendizagem que otimize os recursos humanos, materiais, saberes e competências existentes no Agrupamento	- Proporcionar recursos de apoio às aprendizagens, diferenciados e adequados a todos os alunos de acordo com as suas potencialidades e fragilidades	- Eficácia do funcionamento do centro de apoio à aprendizagem através de instrumentos de monitorização

5.3.3 – Bibliotecas escolares

O Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado dispõe de 4 bibliotecas integradas na Rede de Bibliotecas Escolares dotadas de um conjunto de orientações da sua ação formativa e da sua intervenção na relação transversal e articulada com o currículo”, orientando o seu trabalho, de modo a integrar os conhecimentos, capacidades e atitudes inerentes à literacia da informação, à literacia da leitura e à literacia dos media no ensino dos diferentes conteúdos curriculares, bem como no desenvolvimento de outros projetos e atividades.

Tendo como objetivo central proporcionar serviços de biblioteca a todos os alunos do Agrupamento, as bibliotecas continuarão a desenvolver os esforços necessários de adaptação aos novos paradigmas e exigências do século XXI, a denominada Biblioteca 2.0, assente em quatro pilares essenciais: (i) centrada no utilizador, como elemento dinâmico e ativo, que também participa na criação dos conteúdos e serviços juntamente com o professor bibliotecário; (ii) criadora de experiências multimédia, recorrendo às múltiplas ferramentas da web 2.0, nas suas múltiplas funcionalidades; (iii) socialmente rica, na medida em que oferece formas diversificadas de comunicar; (iv) comunitariamente inovadora, uma vez que se assume como uma porta aberta para a comunidade onde está inserida, interagindo, adaptando-se e moldando-se às novas formas de busca e uso da informação.

Assim, competirá às bibliotecas escolares do Agrupamento, por um lado, fazer mais e melhores leitores, leitores analíticos, utilizadores de bibliotecas e consumidores de livros, mas, por outro lado, também leitores digitais competentes, criativos, capazes de utilizar os diferentes suportes de leitura e escrita, as novas técnicas de replicação e disseminação da informação, de forma eficaz e crítica, usando as tecnologias de forma competente e desenvolvendo uma consciência social.

No cumprimento da sua missão, as bibliotecas recorrerão a estratégias de marketing para atrair alunos e professores, respondendo às suas necessidades e interesses, tornando-os conscientes do papel da biblioteca como parceira na aprendizagem e fornecedora dos serviços e recursos de que necessitam no cumprimento dos currículos.

As bibliotecas escolares promoverão o trabalho colaborativo quer entre o professor bibliotecário e o professor de sala de aula, quer com os Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) da Biblioteca Municipal, quer ainda com o Grupo Concelhio de Bibliotecas Escolares do concelho de Santarém, desenvolvendo nos alunos uma aprendizagem colaborativa, no sentido de se tornarem cidadãos cada vez mais autónomos e interventivos.

Finalmente, as bibliotecas escolares apostarão na criação de planos plurianuais de atividades quer presenciais, quer a distância e na promoção sistemática do uso ético da informação.

5.4 – Plano de Formação

O Plano de Formação do Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado é o instrumento de planificação das ações de formação a desenvolver em articulação com o Centro de Formação da Lezíria do Tejo (CFLT), de acordo com as prioridades resultantes no Projeto Educativo e as necessidades de formação do pessoal docente e não docente.

A Autonomia e Flexibilidade Curricular, implica mudanças de práticas de desenvolvimento do currículo, numa escola que se pretende inclusiva, de forma a operacionalizar o perfil de competências a atingir pelos alunos, para o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida. Do Agrupamento espera-se que prossiga os esforços já desenvolvidos em termos de organização e dinâmica que reflitam a apropriação da reforma em curso, especificamente nas áreas da Autonomia e Flexibilidade Curricular, da Educação Inclusiva, da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e dos Domínios de Articulação Curricular.

Neste sentido, são duas as finalidades que o plano de formação do Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado procura atingir, sendo que a segunda é subsidiária da primeira.

A primeira prende-se com o desenvolvimento organizacional, na medida em que privilegia os impactos da formação no desempenho do agrupamento sobre as necessidades individuais dos professores.

A segunda finalidade visa o desenvolvimento pessoal e profissional de todos os que trabalham nas escolas do agrupamento, ou seja, pessoal docente e pessoal não docente.

O Plano divide-se em duas grandes áreas:

a) Ações para o pessoal docente, através das quais se pretende reforçar a formação centrada no aperfeiçoamento das capacidades dos professores, nomeadamente nos domínios científico, pedagógico e das competências digitais, bem como na perceção coletiva da escola como local privilegiado de formação;

b) Ações para pessoal não docente, através das quais se pretende que os assistentes operacionais melhorem os seus níveis de qualificação nas diferentes funções que exercem no agrupamento, privilegiando a gestão de conflitos entre discentes, as Tecnologias de Informação e Comunicação e a formação em bibliotecas escolares e os assistentes técnicos desenvolvam as suas competências profissionais acompanhando as necessidades de modernização administrativa e exigências legislativas.

Da aplicação do plano de formação no biénio 2020/2022, espera-se que sejam ultrapassados ou minimizados os problemas identificados com o desenvolvimento de competências profissionais que permitam alcançar os seguintes resultados:

1. Desenvolvimento da literacia digital / Melhoria das competências digitais e de ensino a distância.

2. Alteração de práticas pedagógicas pela aplicação das Medidas Universais.
3. Personalização e individualização do ensino / Implementação generalizada de práticas de diferenciação pedagógica.
4. Alteração das práticas de avaliação.
5. Otimizar a aquisição de saberes didáticos nas diversas disciplinas.
6. Implementação de práticas organizacionais, ambientais, culturais e de sala de aula visando o desenvolvimento de uma escola inclusiva.
7. Alteração de práticas e atitudes no âmbito da cidadania.
8. Melhoria das práticas ambientais.
9. Conhecimento mais consolidado da realidade europeia.
10. Melhoria na qualidade de intervenção ao nível do Suporte Básico de Vida e Primeiros Socorros.

5.5 – Orientações para a distribuição de serviço

a) A distribuição de serviço deve preservar ao máximo a continuidade da relação entre professores e alunos na transição de ano (embora essa regra possa admitir exceções devidamente justificadas no âmbito dos poderes próprios do Diretor ou no caso do docente não se manter na escola), com consulta prévia, sempre que possível, não vinculativa, aos representantes de grupo disciplinar. Sempre que o professor desejar interromper a continuidade pedagógica de uma, ou mais turmas, terá que o fundamentar por escrito;

b) No caso em que haja lugar a fusão de turmas, considera-se continuidade para o professor a turma que tiver o maior número de alunos oriundos da do ano anterior;

c) Nos casos em que não haja possibilidade de continuidade, o docente, independentemente da graduação, fica sujeito às regras de continuidade dos restantes professores do mesmo grupo de recrutamento;

d) Os diretores de turma são designados pelo Diretor ponderada a continuidade no ciclo, a experiência na função e a adequação da personalidade ao perfil da turma. Sempre que possível e se mostrar ajustado o diretor de turma mantém-se até ao final do ciclo de estudos;

e) Nos casos dos professores do 1º ciclo e educadores a regra 1) deve ser a base da distribuição, acompanhada de consulta aos docentes no conjunto do agrupamento;

f) No caso do ensino pré-escolar reafirma-se a regra geral de que a continuidade de um grupo implica que 50% dos alunos se mantenham nele;

g) A componente não letiva no Ensino Pré-Escolar destina-se à supervisão pedagógica, ao trabalho colaborativo e ao acompanhamento das atividades da AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família (Pré-escolar);

- h) Aos docentes não devem ser atribuídos mais do que quatro currículos distintos;
- i) O horário semanal dos docentes integra uma componente letiva e uma componente não letiva.
- j) Considerando a falta de professores de informática, os professores do quadro do Agrupamento, deverão assumir o maior número possível de turmas dos Cursos Profissionais, em virtude das consequências que decorrem da organização dos referidos cursos;
- k) Os professores mais antigos deverão assumir um maior número de turmas com alunos mais novos;
- l) As Direções de Turma, deverão ser atribuídas, sempre que possível, aos professores do quadro do Agrupamento, podendo mesmo ser atribuída mais que uma;
- m) As coadjuvações em sala de aula devem ser a prioridade, no âmbito dos apoios aos alunos;
- n) As direções de instalações devem ser atribuídas a um menor número de professores;
- o) As equipas de trabalho constituídas devem manter-se com estabilidade ao longo do ano letivo, devendo continuar o seu trabalho nos períodos não letivos.

5.6 – Princípios para a elaboração de horários

- a) Na elaboração do horário de trabalho do pessoal docente é obrigatoriamente registada a totalidade das horas/segmentos correspondentes à duração da respetiva prestação semanal de trabalho, com exceção da componente não letiva destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos legais, que decorram de necessidades ocasionais e que não possam ser realizadas nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 82º do Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD);
- b) Os docentes podem, independentemente do grupo pelo qual foram recrutados, lecionar toda e qualquer disciplina, no mesmo ou noutro ciclo ou nível de ensino, para a qual detenham habilitação adequada ou se considerem habilitados;
- c) Só poderá existir um docente por grupo de recrutamento a ter insuficiência de segmentos letivos;
- d) Os critérios de distribuição semanal dos tempos das diferentes disciplinas são:
 - i) disciplinas com 2 tempos letivos, num bloco de 90 minutos, ou dois segmentos de 45 minutos, se a elaboração dos calendários horários, requerer esta realidade;
 - ii) disciplinas com 3 tempos letivos, num bloco de 90 minutos mais um segmento de 45 minutos distribuídos em dias não consecutivos, ou três segmentos de 45 minutos se a elaboração dos calendários horários requerer esta realidade;

iii) disciplinas com 4 tempos letivos, em dois blocos de 90 minutos distribuídos em dias não consecutivos, ou um bloco de 90 minutos e dois segmentos de 45 minutos, se a elaboração dos calendários horários requerer esta realidade;

iv) disciplinas com 5 tempos letivos ou mais, em blocos de 90 minutos, distribuídos em dias não consecutivos sempre que possível, com um tempo de 45 minutos, quando o total de tempos for ímpar;

e) Visando a otimização dos recursos humanos o Diretor, sempre que se mostre conveniente, poderá proceder à mobilidade de docentes entre escolas do agrupamento;

f) No primeiro ano de vigência deste projeto, o Diretor apresentará um conjunto de orientações específicas para a distribuição de serviço e elaboração de horários, que será sujeita a análise e parecer do Conselho Pedagógico e do Conselho Geral. Adicionalmente, alterações da legislação em vigor poderão provocar alterações nas orientações aqui referidas. O mesmo deverá manter-se durante o período de vigência deste projeto, devendo o Diretor elaborar um novo, caso se verifiquem alterações;

g) As turmas dos 5º e 6º anos da escola Mem Ramires e dos 8º e 9º anos e do 12º ano terão a sua base horária no turno da manhã. As turmas do 7º e 8º ano da Escola Mem Ramires e dos 10º e 11º ano da escola Ginestal Machado terão a base horária no turno da tarde;

h) As turmas terão na sua maioria a atribuição de uma sala base;

i) Deverá tentar-se que o número de professores a lecionar nas disciplinas onde se verifique uma maior dificuldade de contratação, possa ser reduzido, através da atribuição de um número menor de funções não letivas, equiparadas a letivas.

5.7 - Orientações para a constituição de grupos/turmas

a) A constituição das turmas dos 5º ao 12º ano de escolaridade obedece sempre à necessidade do número mínimo de 24 alunos até um máximo de 28 alunos, exceto nos Cursos Profissionais, cujas turmas deverão ser constituídas por 24 a 30 alunos;

b) Podem ser constituídas grupos/turmas com um número máximo de 20 alunos, de acordo com o previsto na lei;

c) Na educação pré-escolar, os grupos são constituídos por um mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças;

d) As turmas do 1.º ciclo do ensino básico são constituídas por um máximo de 24 alunos;

e) Nos anos de escolaridade iniciais de ciclo (1º, 5º, 7º (condicionado pela escolha da Língua Estrangeira II) e 10º anos de escolaridade (condicionado pelo curso pretendido)) os alunos provenientes de turmas que frequentavam o Agrupamento devem ser divididas em dois ou três grupos diferentes de dimensão semelhante a distribuir por turmas diferentes. Acrescem a esta distribuição as propostas apresentadas pelo educador/titular de turma/conselho de turma;

- f) Observar-se-á a exceção nas turmas do ensino articulado da música;
- g) Nos anos de continuidade deverá prevalecer o critério pedagógico de continuidade das turmas;
- h) Sempre que possível deverão ser respeitadas as opções expressas pelos alunos, nos atos de matrícula ou de renovação da mesma, não devendo, contudo, observar-se mais que duas disciplinas de opção a cruzarem com outras turmas (no ensino secundário);
- i) No caso de haver alunos que manifestem opções para as quais não haja número suficiente, prevalece a opção que seja maioritária.

O Diretor apresentará um conjunto de orientações específicas para a constituição de turmas, no primeiro ano de vigência deste Projeto, podendo o mesmo realizar alterações, caso seja necessário, que será sujeita a análise e parecer do Conselho Pedagógico e do Conselho Geral. Adicionalmente, alterações da legislação em vigor poderão provocar alterações nas orientações aqui referidas (nomeadamente no que se refere ao número de alunos por turma).

6 – REDES, PARCERIAS E PROJETOS

6.1 - Clubes e Projetos

Nas palavras de Guilherme d'Oliveira Martins: "Perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos. As humanidades hoje têm de ligar educação, cultura e ciência, saber e saber fazer. O processo da criação e da inovação tem de ser visto relativamente ao poeta, ao artista, ao artesão, ao cientista, ao desportista, ao técnico – em suma à pessoa concreta que todos somos."

É neste sentido que o Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado disponibiliza aos seus alunos um conjunto de Clubes e Projetos diversificados, com os quais se pretende promover o desenvolvimento de diferentes competências, combinando conhecimentos, capacidades e atitudes em articulação com as disciplinas curriculares, mas com um carácter frequentemente lúdico. Com a oferta de clubes e projetos de natureza necessariamente abrangente e transversal, pretende-se, de uma forma lúdica, trabalhar para uma Escola inclusiva, orientada para o desenvolvimento dos valores definidos no documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade obrigatória: " Liberdade, Responsabilidade, Integridade, Cidadania, Participação, Excelência, Exigência, Curiosidade, Reflexão e Inovação".

Tendo como base os valores Cidadania, Ambiente e Europa, os nossos Clubes e Projetos articulam os saberes curriculares com missão de tornar os nossos alunos, Cidadãos com um profundo sentido de ética, de respeito e valorização do outro e da diferença. O Agrupamento de Escolas Dr.

Ginestal Machado pretende com os seus Clubes e Projetos despertar a consciência dos alunos para questões como a violência e as desigualdades económicas e sociais, a injustiça, a destruição do património, a defesa do meio ambiente. Fomentamos o trabalho em equipa, favorecendo a realização de projetos individuais ou coletivos de interesse social e cívico.

Promovemos a educação para a saúde, o desenvolvimento de valores e atitudes positivas em relação à sexualidade, alertamos para a ação responsável e criativa na defesa e melhoria da qualidade de vida. Incentivamos o envolvimento pessoal dos nossos alunos na solução e prevenção dos problemas ambientais, garantindo o acesso à informação para que o aluno compreenda outras Culturas, nomeadamente no âmbito da União Europeia. Temos como objetivo formar cidadãos empenhados na defesa dos valores permanentes da cultura portuguesa e da sociedade em geral. Pretendemos ajudar a formar cidadãos que procurem o sucesso pessoal e o do grupo, que trabalhem em equipa para desenvolver uma consciência de responsabilidade individual na preservação do ambiente, da manutenção da paz, no respeito pelos direitos humanos, na defesa do património cultural, no potenciar de uma consciência Europeia.

Estes objetivos são comuns a Clubes como, por exemplo, o Clube Europeu, o Clube ADN, o Clube do Desporto Escolar, o Clube de Robótica, o Clube da Horta Pedagógica- Jardim de Cheiros e a Projetos como, por exemplo, o Projeto Unesco, o projeto Eco- Escolas, o projeto Erasmus+. No Clube ou projeto o professor desenvolve com os alunos atividades que fomentem o raciocínio, a resolução de problemas e incentivamos os alunos a pensar de forma criativa e crítica.

Apresentamos de seguida os objetivos dos Clubes e Projetos que funcionam habitualmente no Agrupamento AEDGM.

6.1.1 - Parcerias

O Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado, ao estar inserido num determinado contexto territorial, socioeconómico e institucional, deverá desencadear um conjunto de procedimentos e ações que visem promover a sua integração em espaços mais amplos.

Uma das componentes fundamentais resulta da articulação institucional do agrupamento com outros estabelecimentos de ensino (em particular com os que se localizam no seu concelho) e com a articulação com outras instituições de outras áreas de atividade (económica, social e cultural).

Relativamente à articulação institucional com outros estabelecimentos de ensino, o agrupamento de escolas deverá participar ativamente em reuniões e sessões de trabalho com os outros agrupamentos existentes no concelho, bem como deverão ser estabelecidas parcerias com as instituições do ensino superior. Ao mesmo tempo, a escola deverá ter um papel ativo no Conselho Municipal de Educação.

No que diz respeito à articulação institucional extraescolar, deverá ser fomentada uma lógica de parceria e de obtenção de sinergias e de complementaridades com as principais organizações económicas e empresariais, sociais e culturais do concelho e da região.

Pretende-se, deste modo, fazer do agrupamento um polo de cultura e de inovação, com forte dinâmica relacional com o meio: colaborando ativamente na realização de projetos com outras escolas de forma a implementar protocolos e parcerias com outros estabelecimentos de ensino e de formação; participando ativamente nas ações do Conselho Municipal de Educação; desencadeando esforços para a divulgação de projetos para toda a comunidade educativa e extraescolar; criando, com as famílias e encarregados de educação, uma política de envolvimento na escola do seu educando; obtendo recursos adicionais para o agrupamento com a colaboração das Associações de Pais; implementando parcerias com outras entidades e instituições extraescolares; valorizando a atuação do Conselho Geral do Agrupamento, enquanto órgão essencial na articulação institucional com o meio envolvente; criando subgrupos de trabalho no Conselho Geral do Agrupamento que se enquadrem nas diferentes áreas de articulação institucional que a escola desencadeie.

Alguns Clubes/Projetos	Objetivos
<p>C. Europeu Enjoy Europe, Enjoy English e Projeto Erasmus+</p>	<p>Adquirir um conhecimento mais global do mundo, compreendendo e respeitando diferentes realidades culturais; Desenvolver competências de comunicação, em particular OUVIR/FALAR, em situações de comunicação intercultural; Incentivar os alunos a pensar de forma crítica e criativa; Analisar e resolver problemas do mundo real; Promover uma consciência cívica sobre problemas locais e globais (Articular projetos e atividades com outros clubes e projetos do agrupamento); Participar em projetos nacionais e/ou internacionais sobre temas aglutinadores: Tema da RNCE e do PEA; Incutir um espírito empreendedor e proativo na defesa de causas locais e/ou globais; Promover atividades interativas onde o utilizador da língua desempenha alternadamente o papel de falante intercultural; Apresentar aos alunos uma imagem atual da cultura e civilização anglófona através da sua música, cinema, documentários, etc; Proporcionar o desenvolvimento de relações interpessoais verdadeiras e autênticas; Desenvolver as Relações Humanas e o respeito pela diferença; Fomentar a articulação com outros estabelecimentos de ensino, nacionais e internacional.</p>
<p>Clube ADN</p>	<p>Promover o espírito de inovação, permitindo a investigação, a crítica e o debate e a autonomia; Capacitar os alunos de mecanismos que proporcionem a procura autónoma e contínua do saber; Desenvolver nos alunos de forma harmoniosa as dimensões: cognitiva, motora e social; Capacitar os alunos para o prosseguimento de estudos e trabalho.</p>
<p>Clube Pitágoras</p>	<p>Desenvolver atividades que fomentem o raciocínio, a resolução de problemas; Facilitar e estimular o trabalho em equipa e a cooperação, fundamentais para a execução de qualquer projeto; Organizar e preparar atividades de articulação curricular (exposições, comemoração do dia da Matemática, campeonato do SuperTmatik, ...).</p>
<p>Clube do Desporto Escolar</p>	<p>Desenvolver uma cultura física e desportiva de Escola, bem como outros hábitos promotores da saúde e qualidade de vida; Contribuir para o combate ao insucesso e abandono escolar e promover estilos de vida saudáveis que contribuem para a formação equilibrada dos alunos; Alargar a prática desportiva; Desenvolver conhecimentos sobre a ética desportiva, revelando um espírito de desportivismo e de responsabilidade.</p>
<p>Clube Artes E Tecnologias</p>	<p>Explorar as cores, as sombras e a luz de uma forma livre e divertida, aprendendo em simultâneo as diversas técnicas do desenho e da pintura; Aperfeiçoamento da motricidade fina; Aprofundar, aplicar e consolidar conhecimentos multidisciplinares, e desta forma contribuir para o sucesso educativo.</p>
<p>Clube de robótica</p>	<p>Despertar nos alunos o interesse pelas áreas da Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, de uma forma lúdica e pedagógica; Proporcionar desafios que estimulem a prática de conceitos de programação; Dotar os alunos das competências necessárias à plena integração no mundo da era digital; Promover aprendizagens de Software em contexto da Robótica; Fomentar o trabalho de equipa.</p>
<p>Projeto Unesco</p>	<p>Consolidar os princípios e ideais instituídos pela UNESCO, a Educação, a paz, os Direitos humanos, a Inclusão, ao Desenvolvimento Sustentável; Consciencializar a comunidade da necessidade de atitudes éticas na aplicação de conhecimentos com vista a um desenvolvimento sustentável; Promover o trabalho em equipa.</p>

Projeto de P. Saúde e Educação Sexual	Contribuir para a promoção e manutenção de um ambiente físico, psicológico e social seguros, recorrendo, para tal, a um conjunto de práticas regulares, e ou localizadas temporalmente; Promover a literacia em saúde; Desenvolver atitudes e valores que suportem comportamentos saudáveis (Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas, da Violência em Meio Escolar); Valorizar comportamentos que conduzam a estilos de vida saudáveis; Criar condições ambientais para uma Escola Promotora de Saúde.
Horta Pedagógica, Jardim de Cheiros	Possibilitar o contacto com a Natureza; Embelezar e rentabilizar os espaços exteriores; Observar e investigar o desenvolvimento das sementes e plantas; Experimentar diferentes culturas e sementeiras; Desenvolver o gosto pelas atividades agrícolas e de jardinagem; Planear e desenvolver projetos no espaço escola; Experimentar outras formas de ensino e de aprendizagem.
Projeto Eco-Escolas	Desenvolver de atividades, para a melhoria do desempenho ambiental das escolas; Criar hábitos de participação e de cidadania, tendo como objetivo principal encontrar soluções que permitam melhorar a qualidade de vida na escola e na Comunidade; Encorajar ações, reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da Comunidade; Motivar para a necessidade de mudança de atitudes e adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário.
Clube da Escola à Cidade	Integrar as atividades do Pl. Nacional de Leitura, o Pl. Nacional de Cinema, o Prog. de Educação. Estética e Artística, a RBE, o Arquivo Nacional do Som e a Rede Portuguesa de Museus; Promover a flexibilização, interdisciplinar e cultural entre as diferentes áreas de oferta educativa e da oferta cultural da cidade; Promover espaços de experiência e amadurecimento das técnicas aprendidas, desenvolvendo competências de apresentação e organização das ações; Estabelecer cooperação entre a associação jovem ARAT. (Aresta Rebelde Associação Teatro) e o C.P. de Artes do Espetáculo); Promover a formação alargada dos jovens estudantes e dos que já tendo terminado o curso se encontram a trabalhar em instituições locais; Estabelecer ligações entre a atividade artística, o comércio local, o associativismo, dinamizando o Centro Histórico num abraço empático e jovem; Promover o intercâmbio entre os jovens, os técnicos/professores e profissionais de outras escolas e espaços educativos e profissionalizantes.

6.1.2 – Desporto Escolar

De acordo com a **Lei de Bases do Sistema Educativo** “o desporto escolar visa especificamente a **promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto** como fator de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados” (artigo 51º).

Entende-se por Desporto Escolar (DE) o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de atividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo (Decreto-Lei nº 95/1991).

São destinatários do DE os alunos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do ensino público, do ensino particular e dos estabelecimentos de ensino cooperativo, dependentes ou não do Ministério da Educação, desde que legalmente reconhecidas.

O DE baseia-se num sistema universal e aberto de modalidades e de práticas desportivas, organizadas de modo a integrar harmoniosamente as dimensões próprias desta atividade, designadamente o ensino, o treino, a recreação e a competição.

O **Programa do Desporto Escolar 2017/2021**, define as orientações para a realização dos Projetos que irão contribuir para a melhoria da literacia física dos alunos, de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde e da Resolução da Assembleia da República nº 94/2013 (relativa à promoção do desporto escolar e da prática desportiva pelos jovens).

O CDE AEGM, define como **Visão** que todos os alunos do agrupamento pratiquem regularmente atividades físicas e desportivas. Tendo como **Missão** estimular a prática da atividade física e da formação desportiva como meio de promoção do sucesso dos alunos, de estilos de vida saudáveis, de valores e princípios associados a uma cidadania ativa, constituindo-se como um instrumento e um auxiliar fundamental para o combate ao insucesso escolar e para atingir do perfil do aluno à saída do ensino secundário.

Pretende-se que a atividade desportiva desenvolvida no CDE AEGM coloque em jogo potencialidades físicas e psicológicas, que contribuem para o desenvolvimento global dos jovens, sendo um espaço privilegiado para fomentar hábitos saudáveis, competências sociais e **valores** morais, de entre os quais se destacam: Responsabilidade; Espírito de equipa; Disciplina; Tolerância; Perseverança; Humanismo; Verdade; Respeito; Solidariedade; Dedicção e Coragem.

A atividade do CDE AEGM desenvolve-se predominantemente nas escolas ES Ginestal Machado e na EB Mem Ramires, nas suas instalações desportivas e também nos espaços desportivos cedidos pela Câmara Municipal de Santarém.

Os alunos acedem a prática mediante a participação em Projetos Complementares e também pela sua integração em Grupo/Equipas que competem nos quadros competitivos do DE. Nesta medida, considera-se uma participação pontual em eventos realizados no âmbito das atividades de Nível I, como o conjunto de atividades organizadas pelos Clubes do Desporto Escolar que são desenvolvidas a **nível interno**, que poderão envolver outros agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. Estas atividades integram-se nos Projetos Complementares e são dinamizadas na componente não letiva dos docentes de Educação Física, no âmbito da sua autonomia. As atividades de Nível II que implicam a participação regular em treinos e competições tendo em vista a melhoria contínua do desempenho desportivo. Estas atividades inserem-se nos Projetos “DE Competição” e implicam uma **dinamização externa** com competição de nível local, distrital, regional, nacional e internacional.

Destes níveis de participação, poderão surgir ainda atividades de aprofundamento da prática desportiva (Nível III) e o desenvolvimento de parcerias com Clubes do setor federado, autarquias e Centros de Formação Desportiva.

Todos os alunos do agrupamento poderão aceder a oferta desportiva desenvolvida nestas duas escolas e nas suas escolas de origem, contudo a atividade externa obedece a organização por escalão etário corresponde ao período a partir do 3º ano. Os alunos de outros agrupamentos poderão realizar atividades do CDE AEGM, desde que no agrupamento de origem as mesmas não tenham lugar.

As modalidades enquadradas em grupo/equipas disponibilizados (**Badminton** vários misto, **Basquetebol** masculino e feminin, **Voleibol** masculino e feminino, **Natação** vários misto, **Ténis de Mesa**, **Ténis**, **Futsal** masculino, **Xadrez**, **Multiatividades de Aventura** e o **Boccia**) e ao nível dos Projetos Complementares (Corta-Mato, Mega Sprinter, Salto e Quilómetro, Tag Rugby, Gira Vólei, Basquetebol 3x3), resultam da busca de uma oferta desportiva diversificada, adequada aos interesses e motivações da comunidade escolar a um referencial já consolidado de modalidades e projetos com tradição no agrupamento, no sentido do complemento do trabalho desenvolvido no seio da disciplina de Educação Física.

São definidos como **áreas de melhoria** e objetivos do CDE AEGM, para além da adequação da oferta desportiva no sentido de alcançar a participação em competições desportivas de âmbito nacional, a segmentação da oferta desportiva em três níveis de prática e a sua articulação com as atividades curriculares da Educação Física e Educação para a Cidadania.

Para o **incremento do número de alunos praticantes** nas atividades do CDE AEGM, são importantes o efetivo reconhecimento e a valorização do desempenho desportivo, o esforço dos alunos e das suas famílias pelos órgãos de direção das escolas, da autarquia e comunidade educativa no geral. No que refere ao processo de **avaliação dos alunos**, é também determinante que venha refletir o mérito da participação e do desempenho ao nível do Desporto Escolar.

Neste sentido importa ainda consolidar a implementação de ações concretas de inclusão de alunos com NEE nas atividades do desporto escolar. Promover a conciliação da necessidade de promover a especialização desportiva com o alargamento da base de praticantes, por via do reforço e valorização da atividade interna nas escolas designadamente em eventos direcionados aos alunos do primeiro ciclo. Promover uma maior ligação entre o CDE AEGM e o sistema desportivo federado a nível local.

Para o **desenvolvimento qualitativo dos praticantes** é determinante o crescimento sustentado das oportunidades de **formação de docentes** em diversas áreas e a existência de fóruns de debate e discussão interna. Bem como o maior acesso dos alunos a modalidades técnicas e logisticamente complexas, por via da criação ou da participação em Centros de Formação Desportiva. Importa igualmente referir que as escolas do agrupamento, na sua organização e operacionalização, devem assumir o compromisso com o Clube do Desporto Escolar expresso na **construção dos horários** de utilização de espaços desportivos e na distribuição de serviço pelos docentes. Por outro lado, a partilha e o aprofundamento do trabalho em rede com as outras disciplinas e clubes das comunidades educativas permitirá atingir objetivos educativos e desportivos comuns, bem como a racionalização e melhor aproveitamento dos recursos.

6.2 – Projetos Europeus (Erasmus, Clube Europeu)

O Projeto Educativo do Agrupamento Dr. Ginestal Machado baseia-se em valores de Cidadania, Ambiente e Europa, e o projeto Erasmus +, é fundamental para a replicação, desenvolvimento e consolidação dessas ideias.

Considera-se neste Projeto Educativo como Forças e Oportunidades do Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado:

- a) A riqueza e a transversalidade das iniciativas de cariz sociocultural e solidário, com impacto nas competências sociais das crianças e dos alunos;
- b) A participação e a distinção dos alunos numa pluralidade de eventos, de âmbito nacional e internacional, com repercussões na valorização dos sucessos e no reconhecimento por parte da comunidade;
- c) A promoção de formação interna para docentes e não docentes, orientada para a melhoria nos desempenhos profissionais;
- d) A boa imagem que o Agrupamento tem no exterior, projetando - se como uma escola inclusiva, dinâmica e com uma ligação muito forte à comunidade;
- e) A promoção de comportamentos de sustentabilidade ambiental.

Consideramos as parcerias ou a coordenação de projetos Erasmus+, fundamentais para a consolidação das nossas forças.

Nas mobilidades entre escolas, por exemplo, os nossos alunos desenvolvem o sentido de responsabilidade, a curiosidade e o espírito crítico. Desenvolvem a capacidade de trabalhar em equipa, a autonomia, e as suas competências linguísticas e de cidadania europeia.

Procuramos, com a participação em projetos Erasmus+, dar aos intervenientes a oportunidade de conhecer outras culturas, outras escolas, com formas de funcionar e currículos diferentes do nosso, famílias com hábitos e línguas diferentes.

A candidatura a Projetos Erasmus+ é para nós uma mais-valia para a superação dos Pontos fracos que identificamos neste Projeto educativo e que são:

- a) As relações interpessoais, atitudes e valores coletivos;
- b) O Individualismo crescente na sociedade;
- c) As dificuldades no acesso de todos aos meios de comunicação eletrónica;

A participação em projetos Erasmus+ para o ensino escolar, por exemplo, é, considerada fundamental para a educação de cidadãos tolerantes que entendam a diferença como forma de crescimento.

Os Projetos Erasmus+, serão procurados anualmente, para diferentes níveis de ensino, que incluam todo o tipo de alunos. O aluno selecionado para fazer parte de um projeto Erasmus+, neste Agrupamento, não é obrigatoriamente um aluno com ótimos resultados escolares.

As equipas incluem alunos do ensino regular e do ensino profissional, alunos com resultados escolares de excelência e alunos em risco de retenção, alunos de famílias com mais ou menos recursos económicos (alunos do ASE) alunos em risco de abandono escolar e alunos incluídos no Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, com diferentes tipos de medidas.

Os projetos Erasmus+ procurados, deverão considerar a promoção da inclusão, por isso as candidaturas anuais a diferentes projetos, com temáticas tão diversas como a sustentabilidade, STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics), alimentação saudável, biodiversidade, cidadania, etc.

A participação de alunos, professores e pessoal não docente em Projetos Erasmus+ alarga horizontes, permite a aplicação de conhecimentos e competências adquiridas na escola, a situações reais. Todos os participantes contactam diretamente com uma realidade cultural, social, educacional e até económica, enquanto intervenientes diretos no processo.

O Agrupamento valoriza o trabalho em equipa e a capacidade de resolver problemas, estimulando o raciocínio e o pensamento crítico da toda a comunidade educativa, mas fundamentalmente dos alunos; por essa razão, valorizam-se as vivências proporcionadas pelos Projetos Erasmus+ existindo um objetivo primordial: coordenar e participar em mais e melhores projetos todos os anos.

6.3 – Estratégia de Educação para a Cidadania de escola

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) integra um conjunto de competências e conhecimentos, em convergência com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e com as Aprendizagens Essenciais. Os Princípios, as Áreas de Competência e os Valores definidos no Perfil dos Alunos confluem para a formação do indivíduo como cidadão participativo, iniciando o caminho do exercício da cidadania ao longo da vida. Por sua vez, as Aprendizagens Essenciais elencam os conhecimentos, as capacidades e as atitudes a desenvolver por todos os alunos, e conducentes, num processo de promoção da autonomia e flexibilidade curricular, ao desenvolvimento das competências inscritas no Perfil dos Alunos.

A visão sobre a Escola preconizada na ENEC assenta na ideia de que “a educação e a formação são alicerces para o futuro das pessoas e do país”. Assim sendo, cabe às instituições de ensino criar um ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de múltiplas competências pessoais e sociais, tendo os professores a missão de preparar os alunos para a vida, para serem cidadãos democráticos, participativos e humanistas, numa época de rápida mudança, de diversidade social e cultural crescente e de imprevisibilidade face ao que o futuro nos reserva a todos.

O AEGM definiu a sua Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola (EECE), em conformidade com o acima exposto e em articulação com o presente Projeto Educativo do Agrupamento (PEA), constituindo-se como uma das suas principais linhas orientadoras. A EECE tem como objetivo a criação de um instrumento de orientação para o trabalho a desenvolver no agrupamento, no sentido de se concretizarem os desafios da ENEC e operacionalizarem diversos dos Objetivos Estratégicos do três Eixos do PEA, a saber:

- Eixo 1 – Sucesso educativo – OE 1.1 – Melhorar os resultados escolares e reduzir o absentismo escolar; 1.2 – Promover a cidadania ativa, inclusiva e solidária; 1.3 – Promover projetos e atividades para o desenvolvimento de competências estruturantes da aprendizagem em articulação com a comunidade local, regional, nacional e internacional; 1.4. – Consolidar uma forte dinâmica relacional com a comunidade escolar;

- Eixo 2 – Prestação do Serviço Educativo – OE 2.2 – Promover a abordagem flexível do currículo e a sua articulação horizontal e vertical (criando ambientes de aprendizagem híbridos, incluindo os DAC); OE 2.4 – Promover a implementação das Medidas Universais, Seletivas e Adicionais de suporte à aprendizagem no contexto de sala de aula; OE 2.5 – Promover a avaliação formativa e a diversificação de instrumentos de avaliação

- Eixo 3 – Liderança, Gestão e Autoavaliação – OE 3.4 – Consolidar Práticas de autoavaliação.

A educação para a cidadania consubstancia-se na componente de currículo **Cidadania e Desenvolvimento** - inserida nas matrizes curriculares como área de trabalho transversal, de articulação

disciplinar e natureza interdisciplinar. Esta componente contempla dezassete domínios e mobiliza os contributos de diferentes componentes do currículo, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os temas da EECE, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de todos os níveis e ciclos de ensino, numa perspetiva inclusiva (v. OE 1.2, 1.3, 2.2 e 2.4). A Cidadania deverá estar embutida na própria cultura de escola, assente numa lógica de participação e de corresponsabilização.

Neste sentido pretende-se desenvolver e divulgar atividades através de projetos que resultem de iniciativas da comunidade educativa e/ou institucionais (locais, nacionais e internacionais), em consonância com as necessidades e interesses dos alunos, centrados na valorização da cidadania, do diálogo intercultural e do desenvolvimento sustentável e enquadrados com as temáticas centrais do agrupamento “Europa, Cidadania, Ambiente e Saúde” (v. OE 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 2.1, 2.2 e 2.5).

Para o efeito, e na sequência do trabalho que tem vindo a ser realizado neste âmbito no agrupamento, preconiza-se o estabelecimento e manutenção de parcerias com entidades locais, regionais e até internacionais, numa perspetiva de trabalho em rede.

Face ao exposto, e em linha com o que se encontra previsto na ENEC, constituem os principais objetivos da EECE:

- basear-se em práticas sustentadas no tempo e não em meras intervenções pontuais;
- constituir parte integrante do currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade;
- assentar em práticas educativas que promovam a inclusão;
- apoiar-se no desenvolvimento profissional contínuo dos professores nesta área;
- promover a utilização de metodologias ativas, oferecendo aos alunos oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- estar integrada nas políticas e práticas da escola democrática envolvendo toda a comunidade escolar;
- contribuir para a promoção do bem-estar e a saúde individual e coletiva;
- desenvolver o trabalho em parceria com a comunidade educativa;
- estar alinhada com as especificidades dos alunos e as prioridades da comunidade educativa;
- apoiar-se na monitorização e avaliação de forma a garantir efetividade e participação.

Relativamente a este último objetivo, a avaliação da disciplina/área transversal de Cidadania e Desenvolvimento será baseada nos critérios aprovados pelo Conselho Pedagógico e deve considerar o impacto da participação dos alunos nas atividades realizadas na escola e na comunidade. Esta avaliação deverá ter lugar de forma contínua e sistemática, adaptada aos avaliados, às atividades e aos contextos em que ocorre, recorrendo a metodologias e a instrumentos de avaliação diversificados, valorizando a

modalidade formativa orientada para a melhoria das aprendizagens, não se limitando a uma avaliação de conhecimentos teóricos adquiridos relativamente a cada domínio da Cidadania (v. OE 2.5).

A monitorização e avaliação da EECE é da responsabilidade de uma equipa nomeada pelo Diretor, constituída por um elemento do Conselho Pedagógico. O processo deverá ser monitorizado em dois momentos ao longo do ano letivo, sendo que o último momento terá de coincidir com o final do ano letivo, altura em que a equipa deverá apresentar um relatório final sucinto, no sentido de aferir o grau de consecução dos objetivos estabelecidos, avaliar o desenvolvimento e impacto das diferentes ações, bem como a forma como estas se articulam para promover o sucesso dos alunos, verificar a articulação entre a EECE, o Plano Anual de Atividades e o Projeto Educativo do Agrupamento, promover a reflexão sobre todo o processo e definir estratégias de melhoria a implementar (v. OE 3.4).

6.3.1 – Plano de Promoção e Educação para a Saúde

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998) define a educação para a Saúde como *“qualquer combinação de experiências de aprendizagem que tenham por objetivo ajudar os indivíduos e as comunidades a melhorar a sua saúde, através do aumento dos conhecimentos ou influenciando as suas atitudes”*.

“As atuais definições de saúde valorizam o homem, não como um elemento isolado, mas como um ser social que vive em sociedade, influenciando-a e fazendo parte dela ao mesmo tempo que dela recebe as suas influências e a ela se adapta. Atualmente a saúde é entendida como uma situação de equilíbrio entre o nível físico, psíquico e socioambiental. (...) Mais do que uma atividade, a promoção da saúde é considerada uma estratégia que urge incorporar em todas as dimensões da vida (individual, social e ambiental).” (Maria do Céu Martins, 2005)

Presentemente é, igualmente, do conhecimento geral que crianças e adolescentes saudáveis aprendem melhor e têm mais sucesso, sendo que a educação capacita as crianças e adolescentes para o processo de literacia. Por seu lado, e de acordo com o Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde (PAPES) de 2014, a educação e a saúde são determinantes para aumentar a literacia em saúde, condição facilitadora da tomada de decisão neste âmbito, pelas crianças e adolescentes.

Assim, a promoção e educação para a saúde em meio escolar constitui-se como um processo contínuo que visa o desenvolvimento de competências das crianças e dos jovens, permitindo-lhes: cuidar de si e dos outros; tomar decisões saudáveis, tendo controlo sobre as circunstâncias da vida; prevenir as principais causas de morte, doença e incapacidade: uso do tabaco, drogas e álcool, HIV / DST, má nutrição (sobre e subnutrição), sedentarismo, violência e lesões; influenciar comportamentos relacionados à saúde: conhecimentos, crenças, habilidades, atitudes, valores, de apoio.

Pretende-se que, ao confrontarem-se positivamente consigo próprios, as crianças e os jovens sejam capazes de construir um projeto de vida e fazer escolhas individuais, conscientes e responsáveis. A promoção e educação para a saúde na escola tem, igualmente, como finalidade criar ambientes facilitadores dessas escolhas e estimular o espírito crítico para o exercício de uma cidadania ativa.

Neste sentido, o AEGM propõe-se fomentar a saúde e a aprendizagem com todas as medidas ao seu alcance, em parceria com os serviços de saúde e com a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, pais e encarregados de educação, profissionais de saúde e líderes comunitários), num esforço conjunto para tornar a Escola um lugar saudável, criar oportunidades de promoção da saúde mental, apoio social, aconselhamento, alimentação saudável e atividade física, implementando práticas que respeitam o bem-estar e a dignidade do indivíduo. A Escola, enquanto organização empenhada em desenvolver a aquisição de competências pessoais, cognitivas e socio emocionais, é o espaço por excelência onde, individualmente e em grupo, as crianças e jovens aprendem a gerir eficazmente a sua saúde e a agir sobre fatores que a influenciam.

Em virtude do acima exposto e de acordo com os normativos legais em vigor, o AEGM elaborou um Plano de Promoção e Educação para a Saúde (PPS) que apresenta temas prioritários a abordar e que visa dinamizar atividades que promovam a saúde individual e/ou coletiva de todos os que constituem a comunidade educativa.

Os diferentes domínios da educação para a cidadania encontram-se organizados em três grupos com implicações diferenciadas, sendo que o primeiro é obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade, por englobar áreas transversais. Neste primeiro grupo inclui-se o tema da Saúde.

Em linha com o que se encontra previsto no Referencial de Educação para a Saúde (2017) e com as prioridades definidas no Agrupamento, as áreas temáticas a abordar neste âmbito serão as seguintes:

- Educação Alimentar e Atividade Física;
- Saúde Mental e Prevenção da Violência;
- Afetos e Educação para a Sexualidade;
- Comportamentos Aditivos e Dependências.

O Plano de Promoção e Educação para a Saúde do AEGM pretende envolver a comunidade educativa em torno de práticas promotoras de saúde. No sentido do cumprimento do previsto nos diplomas regulamentadores em vigor, o documento elaborado pretende ser objetivo e sintético e visa organizar todo o trabalho a desenvolver neste âmbito. Este trabalho, organização e promoção ficará a cargo da equipa designada para o efeito, a qual poderá, de acordo com as disponibilidades do Agrupamento e articulação com a equipa diretiva, propor outras iniciativas. Trata-se de um instrumento de trabalho integrador das preocupações e responsabilidades da escola enquanto entidade formadora de jovens informados e conscientes e incorpora atividades educativas que concorrem para a promoção e educação para a saúde, incluindo no que respeita à educação sexual, uma das suas áreas prioritárias, que é privilegiada pela atual legislação.

Constituem os principais objetivos do PPS:

- assegurar a existência de um currículo em educação para a saúde, promovendo a existência de uma organização curricular do ensino básico e secundário que contemple a abordagem da

saúde, quer ao nível disciplinar, integrada em currículos próprios das disciplinas, quer ao nível interdisciplinar;

- contribuir para a promoção e manutenção de um ambiente físico, psicológico e social seguros, recorrendo, para tal, a um conjunto de práticas regulares, e ou localizadas temporalmente;
- promover a literacia em saúde;
- desenvolver atitudes e valores que suportem comportamentos saudáveis;
- valorizar comportamentos que conduzam a estilos de vida saudáveis;
- criar condições ambientais para uma Escola Promotora de Saúde.

Neste contexto, a educação para a saúde no Agrupamento, será efetuada numa lógica de transversalidade, adequada aos diferentes níveis etários e utilizará um modelo pedagógico que será dinamizado, sempre que possível, em colaboração com entidades externas.

6.3.2 – Promoção dos Valores Ambientais

A saúde e o bem-estar humanos estão intimamente ligados ao estado do meio ambiente. “Um ambiente limpo é essencial para a saúde e o bem-estar humanos. Ao mesmo tempo, o ambiente local também pode ser uma fonte de fatores de stress, como a poluição atmosférica, o ruído, os produtos químicos perigosos, que afetam negativamente a saúde. A saúde da população da UE também é negativamente afetada pelas alterações climáticas, através de vagas de calor, inundações e alterações na distribuição de doenças transmitidas por vetores. A um nível mais vasto, as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos solos podem também ter um impacto no bem-estar humano, ameaçando a prestação de serviços ecos sistémicos, como o acesso a água doce e a produção de alimentos” (Agência Europeia do Ambiente).

A presente crise global que experienciamos torna ainda mais premente a promoção de um desenvolvimento que responda às necessidades atuais, sem colocar em risco a satisfação das necessidades das gerações vindouras. Neste contexto, e aqui uma vez mais se reitera esta ideia, a Escola não se pode limitar a ser um mero espaço de transmissão de saberes académicos, de forma fragmentada e descontextualizada, tornando-se imperioso que se preocupe com a formação das crianças e dos jovens enquanto cidadãos de pleno direito, preparando-os para o exercício de uma cidadania ativa, responsável e esclarecida face às problemáticas ambientais da sociedade civil.

A educação ambiental integra o primeiro grupo de domínios de educação para a cidadania de abordagem obrigatória e transversal a todos os ciclos de ensino, assumindo uma posição privilegiada na promoção de atitudes e valores, bem como no desenvolvimento de competências imprescindíveis para responder aos desafios da sociedade atual.

Com base num questionário aplicado aos alunos do Agrupamento em junho de 2020 (do 3º a 11º ano de escolaridade), sobre os diversos domínios que integram a educação para a cidadania, foi possível

verificar que cerca de 20% dos alunos referiram como principais preocupações questões relacionadas com o meio ambiente, a quais deveriam, no seu entender, constituir temas para futuros projetos.

Neste contexto, e face ao que foi acima foi exposto, o AEGM pretende que os alunos aprendam, através do desenvolvimento de projetos e iniciativas que tenham como objetivo contribuir para a sua formação pessoal e social, a utilizar o conhecimento para interpretar e avaliar a realidade envolvente, para formular e debater argumentos, para sustentar posições e opções, competências estas consideradas fundamentais para a participação ativa na tomada de decisões fundamentadas, numa sociedade democrática, face aos efeitos das atividades humanas sobre o ambiente.

6.3.3 – Valorização do Património Local

O rico património cultural, arquitetónico e ambiental, constituir-se-ão como áreas de trabalho em termos de referência, para as atividades a desenvolver com os alunos, para além do envolvimento das diversas entidades locais.

6.3.4 – Promoção dos Valores Europeus

Enquanto processo educativo, a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas e solidárias que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo.

O tratamento da Dimensão Europeia da Educação constitui uma das temáticas previstas no documento “Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania” e procura contribuir para o conhecimento e envolvimento dos alunos no projeto de construção europeia, incentivar a sua participação e promover uma identificação com os valores europeus.

Pretende-se, assim, promover um melhor conhecimento da Europa e da União Europeia no AEGM, nomeadamente a nível das suas instituições, do seu património cultural e natural e dos desafios com que se defronta a Europa contemporânea, enquadrando as práticas a desenvolver desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário. A abordagem transversal preconizada, dentro da temática da educação para a cidadania, servirá de base para o desenvolvimento de projetos e iniciativas que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, ajudando à compreensão da realidade da globalização.

Com base no mesmo questionário aplicado aos alunos do Agrupamento em junho de 2020 mencionado anteriormente, foi possível concluir que os temas dentro deste âmbito pelos quais os alunos mais interesse revelaram, e cujo tratamento em todos os ciclos de ensino se preconiza, são, por ordem de preferência:

- Portugal, a Europa e o Mundo;
- Desafios europeus da atualidade;

- A construção da União Europeia.

Através da abordagem destes temas, pretende-se trabalhar a Dimensão Europeia nas várias vertentes, de forma a possibilitar às crianças e aos jovens não só a aprendizagem de um conjunto de conteúdos associados às temáticas da construção e da identidade europeia, no contexto de uma formação para a cidadania global, como o desenvolvimento de atitudes e valores que levarão à tomada de consciência da riqueza e da diversidade cultural da Europa.

A vivência de diversos quotidianos em países europeus, reconhecendo também as identidades locais e regionais, e as relações de amizade que os intercâmbios e projetos europeus nos quais o AEGM tem participado há vários anos têm proporcionado, contribuem para o conhecimento e para a valorização das múltiplas identidades, das instituições e dos modos de vida dos cidadãos europeus, ao mesmo tempo que reforçam o sentido de pertença e identidade, ao nível regional, nacional, europeu e universal.

6.4 – Parcerias locais

Serão continuadas as parcerias já existentes e desenvolver-se-ão outras parcerias, que se enquadrem nas iniciativas tomadas pelo Agrupamento, nomeadamente com as famílias no âmbito da pandemia que se observa e no apoio à aquisição de equipamentos necessários ao trabalho com os alunos.

6.4.1 – Junta de Freguesia e Câmara Municipal

Serão mantidas as parcerias com a Junta de Freguesia da Cidade de Santarém e com a Autarquia, nas diversas valências que se observam e inclusive o aprofundamento de algumas colaborações já existentes, nomeadamente em termos de melhoria dos espaços escolares, apoio a alunos carenciados, no apoio às refeições, transportes e ocupação de tempos livres.

6.4.2 – Centro de Formação da Lezíria do Tejo

O Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado integra o território educativo do CFLT (Centro de Formação da Lezíria do Tejo), juntamente com mais outros seis agrupamentos localizados nos municípios de Santarém e também, de Almeirim e de Alpiarça. De resto, o AEGM constitui a escola sede do CFLT, sendo, por isso, responsável pela gestão financeira e administrativa de todos os processos formativos do centro de formação, que funciona numa das escolas do agrupamento (Escola Básica Mem Ramires).

O CFLT tem como missão proporcionar o desenvolvimento de respostas formativas adequadas à diversidade de características, de interesses e de necessidades das escolas associadas e aos percursos de formação dos profissionais da educação, com ênfase para o pessoal docente, ainda que, em conjugação com outras entidades, possam ser desenvolvidas intervenções formativas para o pessoal não docente.

As parcerias a desenvolver entre o AEGM e o CFLT devem ser balizadas por esta missão, sendo que, ao mesmo tempo, devem, sempre que possível, atender às necessidades formativas diagnosticadas pelo agrupamento (tendo em consideração um equilíbrio entre as opções estratégicas da unidade

orgânica e as necessidades apontadas pelos seus recursos humanos) e às orientações da tutela em matéria de formação docente e não docente.

Neste quadro de referência, entende-se que o conhecimento real das necessidades formativas está na posse formal do AEGM, e encontrando-se estas necessidades plasmadas no respetivo plano de formação que deve ser periodicamente (anualmente ou em períodos plurianuais) remetido ao CFLT que elabora o seu próprio plano de formação, tendo em conta o documento deste agrupamento (bem como das restantes seis unidades orgânicas que o constituem). Entende-se que o diagnóstico das necessidades de formação consiste em estabelecer uma relação entre as exigências do desempenho das funções desenvolvidas, e a forma como são desempenhadas, e/ou a verificação do desempenho/competências atuais e as desejadas

Neste processo de articulação entre o Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado e o Centro de Formação da Lezíria do Tejo, importa destacar o papel do membro da Secção de Formação e Monitorização do agrupamento, que integra uma das secções pedagógicas do CFLT e que tem funções de coordenação, supervisão pedagógica e acompanhamento do plano de formação e de atividades do CFAE, sendo essencial no registo das necessidades e prioridades de formação e de monitorização e avaliação do impacto das ações de formação desenvolvidas.

6.4.3 Conservatório de Música de Santarém

Dá-se continuidade ao protocolo estabelecido com o Conservatório de Música de Santarém, para a articulação entre as escolas do Agrupamento, enquanto estabelecimentos do ensino regular, e o mencionado Conservatório, estabelecimento do ensino especializado da Música. Os cursos de música/instrumento lecionados no Conservatório de Música de Santarém são: acordeão, bateria, clarinete, contrabaixo, fagote, flauta transversal, guitarra portuguesa, oboé, órgão, percussão, piano, saxofone, trombone, trompa, trompete, viola d'arco, viola dedilhada, violino e violoncelo.

7 – MONITORIZAÇÃO

A monitorização do projeto educativo considerará as perspetivas de todos os agentes educativos, assumindo-se também como processo e estratégia orientada para a melhoria do agrupamento e não como mero fim em si mesmo. Devem prever-se momentos de avaliação intermédia no sentido de identificar os pontos fortes e fracos e de proceder a adaptações e reajustamentos que possibilitem a elaboração de planos de intervenção. As propostas de alteração/ reformulação poderão ser apresentadas em Conselho Pedagógico e, posteriormente, aprovadas no Conselho Geral.

Pretende-se com este processo de monitorização atingir dois objetivos fundamentais:

- Implementar uma prática intencional, sistemática e consistente ao nível da autoavaliação;
- Implementar mecanismos de acompanhamento e supervisão do desempenho de docentes e não docentes, assim como nos resultados obtidos, quer em termos de resultados escolares, como em termos de outros indicadores relacionados com outras áreas de funcionamento do Agrupamento.

7.1 – Momentos de avaliação

No final de cada ano letivo de vigência deste Projeto Educativo deve ser realizada a monitorização do mesmo, produzindo-se um relatório de avaliação. Dever-se-á proceder a uma avaliação contínua e sistemática dos diversos objetivos e ações propostas para as diversas áreas de intervenção do projeto educativo, ao longo de cada um dos anos letivos, verificando a sua eficácia e pertinência, identificando, assim, possíveis reajustamentos a efetuar.

7.2 – Instrumentos de avaliação

Deverá ser realizada uma análise de indicadores do agrupamento nas suas diversas dimensões, designadamente no que se refere à componente educativa. Importa avaliar, entre outras variáveis, a evolução da oferta formativa (avaliando possíveis necessidades de reajustamento da oferta), da procura educativa, bem como dos indicadores de resultado (taxas de aprovação, repetência, abandono, entre outras).

Os elementos relacionados com a gestão do Agrupamento e outros indicadores diversos, deverão também ser contemplados na monitorização regular.

Dever-se-á efetuar também uma análise dos principais documentos e relatórios produzidos pelas diferentes estruturas de coordenação educativa e de supervisão pedagógica, designadamente nas vertentes que possuam uma ligação com o Projeto Educativo.

Todos os setores de funcionamento do Agrupamento realizarão o levantamento dos dados necessários, utilizando os registos produzidos para o efeito e as orientações prestadas.

Neste âmbito decorrerá o processo de avaliação externa dos Cursos Profissionais – EQAVET - European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training, em Português, Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais, o qual se assume de importância relevante para o futuro do funcionamento e financiamento dos cursos em causa.

No final da vigência do presente projeto, será apresentado um questionário de satisfação a todos os elementos da comunidade educativa.

8 – ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Todos os eventos realizados no Agrupamento deverão ser alvo de divulgação no site do Agrupamento, em Notas Informativas e Comunicados a todos os elementos da comunidade educativa e nos meios de comunicação locais, quando tal for possível.

Quando possível realizar-se-ão reuniões presenciais com todos os elementos da comunidade educativa, a exemplo do ano letivo 2019-2020, ou com os representantes dos diversos universos da mesma.

ANEXOS

Quadro 1 – Indicadores de Contextualização do Concelho de Santarém

	Ano	Santarém	Lezíria Tejo	Continente
Superfície (Km ²)	2018	552,5	4.275,0	89.088,9
População (nº hab.)	2011	61.752	247.453	10.047.621
População (nº hab.)	2018*	57.398	237.318	9.779.826
Densidade (hab/Km ²)	2018*	109,8	55,7	104,3
Variação da População (%) (2011/2018)	2011-18*	-7,1	-4,1	-2,7
Índice de Envelhecimento (%)	2018*	189,3	182,2	160,3
Taxa de analfabetismo (%)	2011	5,6	7,5	5,2
Taxa de Desemprego (%)	2011	11,1	12,7	13,2
Pop. Ativa – Sector Primário (%)	2011	4,4	7,3	2,9
Pop. Ativa – Sector Secundário (%)	2011	22,0	24,2	26,9
Pop. Ativa – Sector Terciário (%)	2011	73,6	68,5	70,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística/Pordata

*Estimativas populacionais do INE

Quadro 2 – Número de docentes por estabelecimento (2020/2021)

ESTABELECIMENTO	QUADRO	DESTAC.	QZP	CONTRAT.	TOTAL
Jl Sacapeito	5	-	-	1	6
Jl Pereiro	1	-	-	-	1
EB1 Leões	10	1	1	-	12
EB1 Pereiro	4	1	3	-	8
EB Sacapeito	8	-	2	-	10
EB Mem Ramires	40	5	12	22	79
ES G. Machado	82	10	7	27	126
TOTAL	150	17	25	50	242

Quadro 3 – Número de docentes por departamento (2020/2021)

DEPARTAMENTOS	Nº
Pré-Escolar	7
1º Ciclo	25
Línguas	48
Ciências Sociais e Humanas	34
Matemática e Tecnologias	51
Ciências Experimentais	24
Expressões	32
Educação Especial	20
TOTAL	241 a)

- a) Não foi contabilizado o Prof. Joaquim Núncio, pois pertence ao Gr. 540 que não se encontra agregado a nenhum departamento.

Quadro 4 – Número de assistentes operacionais e técnicos por estabelecimento (2020/2021)

ESTABELECIMENTO	Assist. Operacionais	Assist. Técnicos
Jl Sacapeito	4	-
Jl Pereiro	1	-
EB1 Leões	9	-
EB1 Pereiro	3	-
EB Sacapeito	4	1
EB Mem Ramires	20	1
ES G. Machado	19	12
TOTAL	60 b)	14

- a) Foram contabilizadas 2 Assistentes Operacionais que se encontram a exercer funções em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo – tempo parcial.

Quadro 5 – Evolução do Número de Alunos no Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado por Ciclo de Ensino

Ano Letivo	Pré-Esc.	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Total
2016/17	125	406	314	489	866	2.200
2017/18	121	399	327	454	887	2188
2018/19	120	406	365	478	971	2340
2019/20	110	388	336	503	969	2306
2020/21	118	385	314	513	936	2.286

Quadro 6 – Evolução do Número de Alunos no Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado por Estabelecimento

Ano Letivo	EB1/JI Pereiro	EB1 Leões	EB1/JI Sacapeito	EB Mem Ramires	ES/3 Ginestal Machado	TOTAL
2016/17	98	170	243	564	1.105	2.200
2017/18	107	141	272	519	1149	2188
2018/19	109	129	288	589	1225	2340
2019/20	100	122	276	588	1220	2306
2020/21	102	127	274	584	1199	2.286

Quadro 7 - Taxas de Sucesso do EB do Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado, Santarém 2016-2019
(resultados da MISI de todas as escolas)

Ano Letivo 2016/2017 Taxa de Sucesso			Ano Letivo 2017/2018 Taxa de Sucesso		Ano Letivo 2018/2019 Taxa de Sucesso		Ano Letivo 2019/2020 Taxa de Sucesso	
Ensino/Ano	Unidade Orgânica	Nacional	Unidade Orgânica	Nacional	Unidade Orgânica	Nacional	Unidade Orgânica	Nacional
Básico	92,61%	93,68%	92,83%	94,1%	94,14%	95,53%	95,8%	97,45%
Vocacional	83,33%	83,85%	-	-	-	-		
1º Ciclo	95,02%	96,90%	97,50%	97,10%	95,89%	97,80%	95,77%	98,60%
1º Ano	100,0%	100,0	98,86%	100,0 %	98,06%	100,0 %	97,78%	100,0 %
2º Ano	86,29%	92,0 %	93,94%	92,8 %	89,36%	94,7 %	92,79%	96,8 %
3º Ano	95,83%	97,7 %	98,2%	97,7 %	97,89%	98,3 %	95,56%	99,0 %
4º Ano	97,96%	97,9 %	98,98%	97,9 %	98,26%	98,2 %	96,94%	98,6 %
2º Ciclo	92,67%	93,55%	93,52%	94,15%	93,99%	95,75%	95,84%	97,40%
5º Ano	92,52%	93,3 %	93,75%	93,8 %	91,89%	95,5 %	94,87%	97,3 %
6º Ano	92,81%	93,8 %	93,29%	94,5 %	96,09%	96,0 %	96,81%	97,5 %
3º Ciclo	91,3%	91,03%	88,22%	91,4%	92,61%	94,75%	95,86%	96,87%
7º Ano	90,32%	87,8 %	92,05%	89,4 %	93,08%	92,7 %	94,41%	95,7 %
8º Ano	90,85%	92,9 %	81,88%	92,5 %	90,91%	95,0 %	97,62%	97,2 %
9º Ano	92,73%	92,4 %	90,73%	92,3 %	93,83%	93,5 %	95,54%	97,7 %

Ano Letivo 2019/2020 Taxa de Sucesso		
Ensino/Ano	Unidade Orgânica	Nacional
Pré-Escolar	96,33%	99,72%
	96,33%	99,72%
	96,33%	99,7 %

Quadro 8 - Taxas de Sucesso do ES do Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado, Santarém 2016-2019 (resultados da MISI de todas as escolas)

Ano Letivo 2016/2017 Taxa de Sucesso			Ano Letivo 2017/2018 Taxa de Sucesso		Ano Letivo 2018/2019 Taxa de Sucesso		Ano Letivo 2019/2020 Taxa de Sucesso	
Ensino/Ano	Unidade Orgânica	Nacional	Unidade Orgânica	Nacional	Unidade Orgânica	Nacional	Unidade Orgânica	Nacional
Secundário	84,42%	83,92%	84,62%	84,7%	84,97%	85,72%	93,24%	89,82%
CCH	82,49%	82,04%	81,87%	82,82%	81,73%	84,4%	91,52%	90,09%
10º Ano	84,68%	84.6 %	85,92%	85.3 %	88,21%	87.0 %	88,65%	91.0 %
11º Ano	89,05%	90.8 %	90,67%	91.8 %	85,38%	92.4 %	96,85%	96.9 %
12º Ano	74,22%	70.3 %	65,05%	70.4 %	69,12%	73.1 %	89,26%	81.8 %
C. Profissional	92,22%	91,09%	94,71%	91,37%	96,63%	91,25%	100,0%	91,46%
1º Ano	100,0%	98.1 %	100,0%	98.3 %	100,0%	98.2 %	100,0%	98.4 %
2º Ano	100,0%	99.2 %	100,0%	99.0 %	100,0%	99.0 %	100,0%	99.1 %
3º Ano	75,47%	72.4 %	80,0%	73.5 %	85,71%	74.1 %	100,0%	75.3 %

Quadro 9 – Evolução das Classificações de Frequência e das Provas Finais das Disciplinas de Português e de Matemática nos 6º e 9º Anos

Disc.	2016/17				2017/18				2018/19			
	AEGM		Nacional		AEGM		Nacional		AEGM		Nacional	
	CIF	CE	CIF	CE	CIF	CE	CIF	CE%	CIF	CE%	CIF	CE%
Português 9º	3,5	3,0	3,3	3,0	3,2	3,3	3,3	66	3,4	62,3	3,4	60
Matemática 9º	2,9	2,8	3,1	2,9	3,0	3,0	3,1	47	3,1	54,3	3,2	55
Média das médias	3,2	2,9	3,2	3,0	3,1	3,2	3,2	56,5	3,3	58,3	3,3	57,5

Quadro 10 – Evolução das Classificações de Frequência e de Exame das Disciplinas Sujeitas a Exame Nacional do Ensino Secundário (11º e 12º Anos)

Disciplinas	2016/17				2017/18				2018/19				2019/20			
	ESGM		Nacional		ESGM		Nacional		ESGM		Nacional		ESGM		Nacional	
	CIF	CE*	CIF	CE*	CIF	CE*	CIF	CE*	CIF	CE*	CIF	CE*	CIF	CE*	CI	CE*
Português	13,7	11,4	13,4	11,1	11,4	10,6	13,5	11,0	11,2	11,2	13,5	11,8	13,6	13,4	-	12
Filosofia	13,9	13,3	13,9	10,7	13,9	10,8	13,9	11,1	14,6	10,7	14,0	9,8	13,8	15,1	-	13
Matemática	14	13,0	13,8	11,5	12,6	9,9	14,0	10,9	12,4	10,7	14,0	11,5	14,6	13,8	-	13,3
Biologia e	13,7	9,3	14,2	10,3	14,6	9,4	14,2	10,9	13,9	9,0	14,2	10,7	14,2	14,2	-	14
Física e	14,4	9,5	14,1	9,9	14,1	10,6	14,2	10,6	14,4	9,4	14,3	10,0	14,3	13,6	-	13,
Desenho A	15,3	15,1	15,3	13,4	15,7	14,6	15,4	13,4	16,2	14,4	15,4	13,8	16,9	16,7	-	14,
Geom.	15,1	12,3	15,1	11,9	16,7	10,5	15,3	11,4	16,1	11,4	15,6	13,5	16,2	12,7	-	11,
Hist. Cultura	12,1	11,2	13,3	9,8	13,8	8,6	13,4	9,6	12,0	10,6	13,6	11,9	14,7	13,9	-	13,9
Matemática	11,9	14,8	13,3	12,8	12,7	8,5	13,6	12,2	12,9	12,1	13,6	14,6	15,7	11,9	-	12
Economia A	14,9	13,3	14,3	12,1	15,6	10,9	14,4	11,3	14,4	11,3	14,4	12,0	14,4	14,3	-	12,6
História A	12,5	10,1	13,0	10,3	13,0	8,8	13,1	9,5	12,6	10,4	13,0	10,4	13,1	14,2	-	13,4
Geografia A	13,7	12,6	13,3	11,0	14,3	12,3	13,3	11,6	13,0	10,4	13,4	10,3	13,0	13,6	-	13,6
Mat. Aplic.	12,3	13,7	13,7	10,1	11,2	10,0	13,7	10,2	13,1	11,2	13,8	11,0	12,9	8,4	-	9,5
Média das médias	13,7	12,3	13,9	11,1	13,8	10,4	14,0	11,1	13,6	11,0	14,1	11,6	14,4	13,5	-	12.

*As classificações de exame nacionais de 2016/2017 a 2018/2019 apresentadas são relativas à 1.ª Fase enquanto o CE Agrupamento é a média ponderada da 1ª e 2ª fases.